

## **ATA NÚMERO CINCO**

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO  
DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DO ANO  
DOIS MIL E ONZE \_\_\_\_\_

----Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano dois mil e onze reuniu, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; \_\_\_\_\_
2. Apreciação do Relatório de Contas do 1º. Semestre 2011, da Câmara Municipal; \_\_\_\_\_
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 217/2011/CM, referente ao Transporte Escolar Público – Repartição de Encargos – EVA Transportes; \_\_\_\_\_
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 224/2011/CM, referente à Determinação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis e IRS; \_\_\_\_\_
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 225/2011/CM, referente à Determinação da Taxa da Derrama; \_\_\_\_\_
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 226/2011/CM, referente à Correção material ao Regulamento do Plano Diretor Municipal; \_\_\_\_\_
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 230/2011/CM, referente ao Concurso público para o fornecimento de gás propano a granel para as Piscinas Municipais, Instalações Desportivas e Estabelecimentos Escolares – Repartição de encargos; \_\_\_\_\_
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 232/2011/CM, referente ao E40/11/CP – Empreitada da Ampliação da Escola Básica 1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo – Repartição de encargos; \_\_\_\_\_
9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 242/11/CM, referente ao Contrato de Gestão para a Manutenção de Espaços Verdes Públicos do Concelho de Tavira – Outubro de 2011; \_\_\_\_\_
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 244/11/CM, referente

à E02/11/CP – Empreitada de Conservação e Restauro da Igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo (Igreja das Ondas). \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Ótilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e seis minutos. \_\_\_\_\_

----Informou que o segundo Secretário tinha solicitado substituição, pelo que, convidava a Membro Muriel Dias para ocupar o seu lugar na mesa da Assembleia. \_\_\_\_\_

---Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os Membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Elisabete Miguel Parra Rocha, Filipa Alexandra Costa Lourenço, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jaime Luís Fernandes Costa, Joaquim da Conceição Messias Santos, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Flaviano da Cruz Palma, José Liberto da Conceição Graça, José Manuel Baptista do Carmo, José Mateus Domingos Costa, José Ótilio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria Isabel Pires Cruz dos Santos, Maria Margarida Viegas dos Santos, Marcelino António Justo Teixeira, Muriel Cristina Dias, Nuno Miguel Pires da Silva Encarnação, Paulo Renato Faleiro Silva, Rui Manuel Rocha Horta, Sidónio Manuel Gonçalves Barão, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Vítor Manuel Rijo Faleiro. \_\_\_\_\_

----O Membro Carlos Manuel do Livramento Baptista solicitou a substituição tendo sido substituído pela Membro Maria Margarida Viegas dos Santos. \_\_\_\_\_

----Solicitaram ainda a substituição, os Membros José Epifânio Martins da Graça, Dulce Cláudio Paixão Bernardo, Fernando Augusto Pereira tendo sido substituídos pelos membros Ana Celina Caetano Dias substituída por Nuno Miguel Pereira da Silva Encarnação, pelo Membro Aurélio de Jesus Domingos Cavaco substituído por Marcelino António Justo Teixeira e pelo Membro Rui Manuel Pereira António substituído por José Flaviano da Cruz Palma, respectivamente. \_\_\_\_\_

----Os Membros Jean-Pierre Patrick Rancher e Pedro Manuel do Nascimento solicitaram a substituição tendo o Membro Jean-Pierre Rancher sido substituído pelo Membro Miguel Jorge Lucas Teixeira substituído por Luís Paulo Marques, não se verificando substituto para o Membro Pedro Manuel do Nascimento. \_\_\_\_\_

----O Membro Luís Paulo Marques faltou à sessão. \_\_\_\_\_

----Efetuada a chamada e tendo constatado que haviam vinte e sete presenças, o Presidente da Assembleia iniciou a reunião com a informação de que não tinha sido possível substituir um dos Membros da bancada do PSD - Partido Social Democrata, pelo que, a presente sessão seria

constituída apenas por vinte e nove Membros. \_\_\_\_\_

----Para dar início ao período antes da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia, referiu que ia colocar à votação as atas que estavam por aprovar, que tinham sido previamente distribuídas.

----Colocou em votação a ata número dois referente à sessão extraordinária realizada no dia vinte e cinco do passado mês de Abril, que foi aprovada por maioria de vinte e quatro votos a favor e três abstenções. O Presidente da Assembleia disse que certamente as abstenções se deviam ao fato dos Membros não terem estado presentes naquela Assembleia. \_\_\_\_\_

----Passou à votação da ata seguinte, número três, referente à sessão ordinária realizada no passado dia vinte e sete do mês de Abril. \_\_\_\_\_

----A ata número três foi aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e duas abstenções.

----A ata número quatro referente à sessão realizada no dia vinte de Junho anterior, foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor com uma abstenção. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia referiu que antes de passar a palavra aos Membros para que efetuassem considerações no período antes da Ordem do Dia, queria propor à Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro José Filipe Ribeiro, um cidadão tavirense que muito tinha dado à cidade. Tinha-o conhecido, primeiramente como seu professor na escola técnica, de quem tinha excelentes recordações mas, para além disso, tinha sido Comandante dos Bombeiros da cidade durante décadas, chefe dos primeiros Serviços Municipalizados de Tavira e Electricidade de Portugal. Era, pelas razões evocadas e pelo cidadão que tinha sido, que estava a propor aquele voto de pesar. \_\_\_\_\_

----Perguntou se alguém se pretendia pronunciar sobre aquele assunto, que não se verificando, colocou a proposta a votação. \_\_\_\_\_

----O voto de pesar foi aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

----O Membro Sidónio Manuel Gonçalves Barão entrou na sala às vinte e uma horas e dez minutos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Alberto Correia que informou que na qualidade de representante da Assembleia Municipal como Membro da Comissão de Toponímia queria comunicar que se tinha realizado, na semana anterior, uma reunião cuja Ordem de Trabalhos havia sido apresentada e os seus itens constitutivos aprovados por unanimidade, pelo que, pensava que relativamente àquele assunto não se tinham verificado grandes questões. Tinha sido discutida a toponímia, nomeadamente, da Conceição de Tavira e alguns casos específicos de Tavira. \_\_\_\_\_

---Gostava ainda de referir, que como tavirense tinha ficado muito contente por, na semana anterior, ter havido um prémio a distinguir uma empresa privada do Concelho de Tavira, que ganhara o primeiro prémio mundial de gelados. Esse evento tinha-se realizado em Itália e constituía-se como uma distinção muito “saborosa” e que esperava que trouxesse proveitos ao Concelho. A especialidade ganhadora tinha sido figo com amêndoa e, passando a publicidade que era bem merecida, tinha sido apresentada pela Gelataria Delizia. Para concluir, disse que considerava um prazer ver o nome de Tavira no mundo. \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel do Carmo referiu que o BE - Bloco de Esquerda tinha para apresentar, no ponto antes da Ordem do Dia, uma recomendação que passava a ler e entregaria cópias a todos os Membros: *“Decorreu entre 16 e 22 de Setembro a Semana Europeia da Mobilidade em que se integrou a anterior iniciativa do Dia Europeu sem Carros. O tema escolhido para 2011 foi “Mobilidade alternativa”. Com esta temática a Comissão Europeia pretende incentivar o uso de alternativas ao automóvel para limitar as emissões poluentes, combater as alterações climáticas e promover a mobilidade sustentável, nomeadamente incentivando o transporte público e as deslocações de bicicleta e a pé.* \_\_\_\_\_

---Em 2011, foram mais de 1300 as cidades europeias inscritas na Semana Europeia da Mobilidade, sendo em Portugal 47 as cidades aderentes em que o Município de Tavira se inclui, embora apenas participando no Dia Europeu sem Carros, não acompanhando a evolução proposta a que a Semana Europeia da Mobilidade correspondia. Ao não participar na Semana Europeia da Mobilidade, a Câmara Municipal de Tavira dá um sinal da pouca prioridade que dá a esta matéria, o que não surpreende, face à ausência de propostas e debate para incentivar propostas alternativas de circulação com impacto na qualidade ambiental, especialmente grave num Município que tem na qualidade ambiental como fator importante de atração de visitantes e atividades económicas. \_\_\_\_\_

---É que além dos custos ambientais, pela produção de gases com efeito de estufa, e de saúde pública, pela emissão de poluentes com incidência no sistema respiratório, a utilização desmedida do automóvel como transporte individual tem também brutais custos sociais. \_\_\_\_\_

---Nos dias de hoje, cresceu a exigência cidadã para que os governos locais adotem políticas amigas do ambiente. Não basta ter um pelouro do Ambiente. É preciso que as questões ambientais influenciem decisivamente as políticas do urbanismo, da mobilidade, da proteção civil e das atividades económicas. As cidades com futuro serão aquelas que desenvolvam políticas ambientais adequadas. \_\_\_\_\_

---Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 26 de Setembro de 2011, recomenda à Câmara Municipal: **que inclua no Plano de Atividades para 2012 a participação do município na próxima Semana Europeia da Mobilidade a ter lugar em Setembro de 2012, procurando envolver os diferentes atores locais na sua preparação ao longo do ano.** \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel do Carmo referiu que para além da recomendação apresentada, gostaria ainda que o Presidente da Câmara se pronunciasse sobre mais um conjunto de questões que passava a colocar. \_\_\_\_\_

---A pesca era uma atividade a que Tavira, não só devia muito, como podia contribuir para a economia local de um modo muito significativo. A preocupação com o mar como um eixo importante para o desenvolvimento económico tinha vindo a ser sublinhada pelo partido da maioria do Município que, contudo, muitas das questões mais simples para apoiar a atividade das pescas tinham recebido pouca resposta por parte do Executivo. Os chamados apoios de pesca já existentes desde há bastante tempo, em Cabanas e em Santa Luzia, tinham encontrado uma enorme resistência para os pescadores de Tavira que os reivindicavam insistentemente. Fruto dessa insistência tinha sido autorizada a sua instalação e o financiamento necessário tinha sido aprovado, os contratos assinados com a presença das autoridades, porém continuavam a não estar instalados. O BE considerava inadmissível que se visse o prazo de validade dos contratos esgotar-se e não se concretizasse a resolução daquela necessidade dos pescadores. Assim, solicitavam ao Presidente da Câmara informação sobre aquele problema e questionavam sobre a eficácia colocada na sua resolução. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que haviam ainda outros melhoramentos que careciam de resposta, nomeadamente, uma torneira de abastecimento de água junto ao supermercado Pingo Doce.

---Os pescadores já consideravam ser eles a pagar as portas de acesso aos portos de abrigo, nomeadamente, em Cabanas e em Santa Luzia, de modo a impedir o acesso às embarcações por estranhos, sobretudo durante a noite. \_\_\_\_\_

---O Membro José Manuel do Carmo disse que queriam ainda solicitar informação sobre o porto de pesca, porque um dos piores receios do BE, era que o porto de pesca não se viesse a concretizar, pois pairava no horizonte a existência de impedimentos entre o IPTM – Instituto Português de Transportes Marítimos e o empreiteiro. \_\_\_\_\_

---Para terminar, referia que era sabido que o molho de levante da barra estava na iminência de ruína, acrescido pelo crescente e preocupante assoreamento da barra face à diminuição da atividade de retirada de areias. Pela gravidade que tal representava, o encerramento da barra

constituía uma paralisação efectiva da atividade económica piscatória, pelo que, questionava o Executivo sobre as medidas que já tinha tomado, o que estava a ser feito naquele aspeto. Queria ainda saber, sobre o urgente alargamento do Sobe e Desce a Santa Luzia, porque o que estava em causa era a continuação da linha que terminava no Centro de Saúde, e tratando-se de apenas mais dois quilómetros, traria natural benefício para as populações que presentemente tinham não só, acesso a um transporte caro, muitíssimo caro, como de fraca qualidade e sobretudo de pouca periodicidade. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia disse que iriam iniciar pela recomendação lida e já distribuída pelos Membros, pelo que, a colocaria à consideração. \_\_\_\_\_

----O Membro José Alberto Correia mencionou que relativamente à documentação entregue pelo BE, após uma leitura necessariamente breve, concordava com o princípio da mobilidade alternativa como conceito a utilizar, não apenas em Tavira mas pela civilização como um todo. Assim, o princípio parecia-lhe positivo, contudo, a argumentação não. Pelo que se lia no terceiro paragrafo, parecia que a situação de Tavira era especialmente grave, quando se tratava de um Município que tinha a qualidade ambiental como fator importante de atração de visitantes e atividades económicas, que combatia as alterações climáticas através dos custos ambientais, cortando com os gases com efeito estufa e tendo cuidados com a saúde pública. \_\_\_\_

----O texto da recomendação parecia-lhe adaptado a grandes metrópoles. Tavira era uma cidade média mas com pequena dimensão em termos sociais, económicos e culturais, pelo que, em termos ambientais os efeitos ao nível de circulação não eram graves. Assim, considerava aquele texto como um “*copy past*” para uma cidade qualquer que tivesse uma dimensão como Braga, Lisboa ou Porto, não sendo dedicado a uma cidade como Tavira, onde os problemas de mobilidade ao nível de gases de efeito estufa, de saúde pública, não eram preocupantes, até porque devido à dimensão da cidade as pessoas se deslocavam facilmente a pé do centro para toda a periferia. \_\_\_\_\_

----Para concluir, disse que apesar de se tratar de uma recomendação que considerava interessante, nomeadamente para o ano de dois mil e doze, a argumentação estava completamente desadequada à realidade de Tavira. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se existia mais alguma questão e passou a palavra ao Membro Brandão Pires. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires disse que aquela era uma recomendação feita à Câmara Municipal para que esta incluísse no seu Plano de Atividades aquela questão, mas não iria tomar posição

sobre a questão sem antes ouvir o Presidente da Câmara, pois não sabia se já estavam a fazer ou não, algum esforço naquele sentido. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou ao Presidente da Câmara se queria pronunciar-se sobre a recomendação apresentada pelo BE. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que sobre a questão da mobilidade e ambiente era uma questão já usual da política falada mas pouco sentida, porque aquele documento deveria ser originário de um outro local que não Tavira. Devia constituir uma recomendação do BE emitida para outro local qualquer pois não fazia sentido para Tavira. \_\_\_\_\_

----Relativamente à política de mobilidade e ambiente e o quanto era significativa para o atual Executivo, convidava o Membro José Manuel Carmo a acompanhar o Vereador José Manuel Guerreiro, no seguinte dia vinte e nove, pelas catorze horas e trinta minutos, ao Pombal, onde iria em sua representação por não poder estar presente, para em nome do Município de Tavira e, como distinto Membro da Assembleia Municipal, receber a bandeira ECO XXI. Tavira tinha sido novamente premiada com aquela bandeira, medalha e certidão, por ser um Concelho com fortes preocupações ambientais, pelo que, a questão do Dia Europeu sem Carros e da Semana da Mobilidade não se colocava. \_\_\_\_\_

----Referindo-se especificamente à mobilidade, o Presidente mencionou que o Sobe e Desce, em nome da mobilidade, tinha presentemente dois circuitos, que permitiam aos jovens, idosos e famílias chegarem a todos os locais com um circuito mais pequeno e para o que o bilhete précomprado apenas custava cinquenta cêntimos. A criação de dois percursos só tinha acontecido após a sua posse na Câmara, e a alteração do nome para Sobe e Desce devia-se ao fato de atualmente ser possível, com o mesmo bilhete, fazer diferentes percursos em diferentes horas durante mesmo o dia. \_\_\_\_\_

----Querida deixar claro que o Município de Tavira continuava a ter um conjunto de iniciativas para promover a vida saudável e a mobilidade e que esse estilo de vida saudável presente em todos os tavirenses tinha levado o anterior Governo a decidir que Tavira seria o local ideal para representar Portugal na questão da Dieta Mediterrânica, que estando relacionada com comida, também se relacionava com as tradições e qualidade de vida. \_\_\_\_\_

----Não tinha sido o Executivo que tinha decidido participar na Dieta Mediterrânica tendo Tavira sido indicada e validada pela Sociedade Portuguesa de Cardiologia, e pelo Ministério da Saúde.

----O Presidente acrescentou que agradecia a recomendação e que o Membro do BE podia estar certo de que tinha ficado em devida conta, pois considerava simpático que dentro do espírito

democrático adotassem algumas práticas de mobilidade sendo, no entanto, conveniente que o BE estivesse mais atento ao que se ia executando em Tavira, pois para o Executivo não contava apenas o dia vinte e dois de Setembro mas sim todo o ano, sendo essa a razão que os distinguiu, a realização de um conjunto de práticas sistemáticas que também se relacionavam com a educação nas escolas, com as práticas e posições que tomavam relativamente ao trânsito, entre outras. \_\_\_\_\_

---Para concluir mencionou que em relação à Semana Europeia da Mobilidade e à recomendação efetuada, com espírito democrático e se a Assembleia assim o decidisse, ali estariam para a aceitar, sendo certo, que as políticas do dia a dia já demonstravam essa necessidade e preocupação. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia verificando se havia mais alguma questão relativa à recomendação do BE, passou a palavra ao Membro Rui Horta. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta referiu que se bem estava a perceber, a recomendação referia-se apenas à parte do texto que se encontrava a negrito sendo tudo o restante apenas considerandos que não estavam a votar, mas apenas o que dizia “*pelo exposto se recomenda...*”

---O Presidente da Assembleia referiu que “*pelo exposto*” se referia aos cinco parágrafos que lhe antecederiam e com os quais ele não concordava, especialmente com o referido no terceiro parágrafo. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta reforçou que concordando ou não, o que estava em votação era o pedido efetuado para que a Câmara Municipal incluísse no Plano de Atividades a participação do Município na Semana Europeia da Mobilidade do ano de dois mil e doze, o que lhe parecia bem. Quanto aos considerandos que se antecederiam, pensava que eram as opiniões de cada um, no caso do BE. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia referindo que os considerandos eram política, iria proceder à votação da recomendação, que foi reprovada por maioria de dezassete votos contra, quatro a favor e sete abstenções. \_\_\_\_\_

---O Membro Paulo Silva disse que queria fazer uma declaração sobre a votação efetuada. Na sua leitura e devido ao resultado obtido, o Município ficava impedido, se assim o desejasse, de participar na referida semana da mobilidade, pois a recomendação era efetuada no sentido de que essa participação fosse incluída no Plano de Atividades para o ano de dois mil e doze. Assim, o que tinha resultado da votação era que os Membros estavam contra aquela conclusão, pois a votação não tinha sido contra o terceiro parágrafo mas contra a conclusão. \_\_\_\_\_



---O Presidente da Assembleia indagou se aquela era uma declaração de voto, ao que o Membro Paulo Silva respondeu que estava a questionar sobre o que tinham votado, se tinha sido contra a conclusão pois considerava-a a substância da recomendação. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara solicitou a palavra para referir que aquela era apenas uma questão de formalismo, pois uma coisa era o Órgão Deliberativo, outra o Órgão Executivo e, o Órgão Deliberativo tinha apresentado uma proposta de recomendação que tinha sido chumbada. O Órgão Executivo apresentaria em devido tempo, um programa que seria sofregado pelo Órgão Deliberativo. O documento apreciado e votado era uma recomendação para um programa do Executivo que iria integrar um conjunto de propostas independentemente da recomendação. \_

---O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que se não visse inconveniente, respondesse às restantes questões levantadas pelo Membro José Manuel do Carmo. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara, referindo-se aos apoios de pesca, disse que agradecia a preocupação manifestada pelo Membro José Manuel do Carmo, enfatizando que também era sua. O concurso estava naquele momento a terminar pois tinham-se deparado com um conjunto de problemas, não espetáveis, resultantes dos pareceres da ARH – Administração de Recursos Hídricos. A Câmara já tinha tido três candidaturas desde a vinda do Secretário do Estado porque a obtenção de pareceres favoráveis quanto à zona onde pretendiam instalá-los, não tinha sido fácil, no entanto, pensava que já estavam reunidas as condições para muito brevemente ser lançado o concurso para os apoios de pesca. \_\_\_\_\_

---Quanto ao porto de pesca, sabia que o concurso já estava concluído, o que anteriormente nunca tinha sido conseguido, e que já havia uma proposta de adjudicação que se encontrava no gabinete do Secretário do Estado dos Assuntos do Mar para apreciação e confirmação do cabimento junto do Ministro das Finanças. Informou ainda, que se tinha verificado uma reclamação, contudo o relatório final já estava elaborado tendo sido remetido ao IPTM - Lisboa que o enviou ao Secretário do Estado dos Assuntos do Mar. Tinha vindo a estabelecer conversações com o respetivo Chefe de Gabinete para que o assunto se resolvesse. Tratava-se de uma adjudicação com um valor aproximado aos oito milhões de euros e a proposta vencedora pertencia a um consórcio entre a Seth – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. e a Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.. \_\_\_\_\_

---Referiu ainda, que sendo o atual Governo de maioria absoluta por coligação entre o PSD e CDS – Partido Popular, se algum dos Membros tivesse alguma informação ou pudesse de

alguma maneira ajudar, pela sua parte estava a fazer tudo o que lhe era possível. Afirmou que se o Governo atual fizesse jus ao que se tinha comprometido, em dar prioridade à atividade primária e condições aos pescadores para poderem trabalhar com condições para que voltassem ao mar por considerarem o setor primário muito importante, as atividades produtoras, a pesca, o voltar a ter uma zona económica exclusiva, se todas essas considerações tivessem realmente sentido, não só em teoria, acreditava que o concurso pudesse avançar pelo IPTM. \_\_\_\_\_

---Relativamente à situação referida quanto ao molho da barra, informou que havia tomado a devida nota pois não tinha conhecimento daquela situação. Porém, tinha conhecimento do assoreamento dos canais, nomeadamente, os canais de Cabanas, situação que já tinha sido reportada ao IPTM. Assim, acreditava que o IPTM teria conhecimento da situação pois tinham o licenciamento de uma atividade de extração de areias, constituída unicamente com a finalidade de limpar o canal de Tavira. As areias existentes nas Quatro Águas só lá estavam e, tinham que ser colocadas noutra local, porque aquela atividade existia apenas para manter os canais de Tavira limpos. \_\_\_\_\_

---Passando a responder à questão do alargamento do Sobe e Desce a Santa Luzia, o Presidente da Câmara disse que tanto quanto se podia recordar, quem tinha colocado a questão em programa eleitoral tinha sido a lista em que ele próprio era o primeiro subscritor, sendo seu o programa eleitoral. Estavam a trabalhar naquela questão mas não era possível que tudo acontecesse nos primeiros anos de mandato. Como o Membro José Manuel do Carmo sabia, a estrada tinha sido uma promessa vinte anos adiada, atualmente já executada, mas existia um contrato com a Rodoviária que efetuava o transporte de e para Santa Luzia, pelo que, se o Sobe e Desce começasse também a efetuar esse transporte a Rodoviária teria que ser indemnizada. Situações daquela natureza não podiam ser resolvidas sem a devida ponderação e cuidado para que não tivessem que pagar indemnizações a ninguém. Acrescentou ainda, que já tinham iniciado conversações com a Rodoviária, já tendo alargado o percurso do Sobe e Desce à Quinta das Salinas e Mato de Santo Espírito, cumprindo desse modo parte do compromisso eleitoral que tinham. Quanto à chegada a Santa Luzia, iriam ver, estavam a trabalhar no assunto, contudo, como já tinha dito tinham que ser ultrapassadas as questões contratuais. Concluiu dizendo que as propostas eleitorais tinham sido efetuadas para cumprir em quatro anos, que naturalmente quanto mais rapidamente fossem cumpridas melhor, mas o limite era até ao ano de dois mil e treze, altura em que o mandato terminaria. \_\_\_\_\_

----O Membro José Manuel do Carmo disse que apenas intervinha, não para contestar, mas para dizer que tinha efetuado algumas perguntas e obtido as respostas possíveis, contudo, quanto à questão da adjudicação do porto de pesca não tinha sido referido nada de novo pois era do conhecimento geral que o processo se encontrava no gabinete do Secretário do Estado e, ao formular a pergunta, pretendia obter informação adicional. No entanto, agradecia a informação de que não havia mais nada e que teriam que aguardar para verificarem se alguma coisa seria efetuada. \_\_\_\_\_

----Quanto à questão do molho levante da barra acrescentou que era um fato já observado até por técnicos do IPTM, que tinham constatado a iminência de ruína e, portanto, tratava-se de uma situação bastante grave e para a qual pedia a maior atenção. Os técnicos não tinham referido a expressão "*iminência de ruína*", contudo pensava que era a expressão que melhor traduzia a sua conclusão. Sendo uma situação que se verificava no momento atual, supunha que com a chegada do Inverno e temporais pudessem acontecer situações muitíssimo graves. \_

----O Presidente da Câmara informou que iria fazer chegar, a preocupação expressa, ao IPTM. \_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra à Membro Isabel Santos. \_\_\_\_\_

----A Membro Isabel Santos disse que já que tinham ali sido abordadas as questões da mobilidade a CDU – Coligação Democrática Unitária gostaria de, não no sentido de efetuar qualquer recomendação, mas formular um pedido ao Executivo, na pessoa do Presidente da Câmara, que se relacionava com a obra da requalificação da Estrada Nacional 125 caso a obra ainda fosse e quando fosse para executar. \_\_\_\_\_

----No ano atual já se tinham assistido a vários acidentes de viação graves nas zonas de entrada e cruzamentos de Tavira. A CDU gostaria de solicitar ao Presidente da Câmara que nos pareceres fundamentais junto das entidades que elaborarem e tomarem conta do projeto da estrada, fosse efetuado um alerta sobre as Urbanizações existentes a norte da estrada que por essa razão era atravessada por muitas pessoas. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que a CDU tinha reparado que na cidade, especialmente entre a Rotunda da Bomba de Gasolina - BP e o Gran Plaza, não existiam passeios nem bermas por onde os peões pudessem circular, tendo que andar na estrada o que poderia mais facilmente resultar num acidente. \_\_\_\_\_

----A CDU também tinha tomado conhecimento de que a comida das escolas não estaria a funcionar tão bem como o previsto. Naquela Assembleia tinham votado e decidido a contratação da empresa, mas parecia que esta não estaria a cumprir, pelo que, pedia ao

Executivo que exercesse uma maior fiscalização sobre o cumprimento dos contratos e chamasse à responsabilidade quem prestava o serviço. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Brandão Pires. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires referiu que gostava de dividir a sua intervenção em três aspetos, tendo alguns já surgido no decurso daquela Assembleia, contudo, o que gostava de referir naquele período antes da Ordem do Dia seria mais para memória futura do que relacionado com as intervenções já efetuadas. Assim, queria dizer que estava preocupado com o que estava a ser preparado ao nível dos organismos, sobretudo os organismos descentralizados pois mais parecia seguirem a lógica de *“longe da vista, longe do coração”*, e pensava que o Governo estava a seguir o caminho mais fácil, sendo que, seriam precisamente as pessoas mais necessitadas quem mais utilizavam os serviços públicos que, ao serem eliminados vários organismos públicos, várias entidades, sobretudo as periféricas, descentralizadas, eram quem iria pagar os custos dessa poupança. O total da reestruturação iria permitir uma poupança de cem milhões de euros que se iriam refletir nos custos acrescidos que as pessoas teriam que suportar para verem os seus problemas resolvidos que, desse ponto de vista, o caminho que estava a ser seguido o preocupava. Alguns dos Organismos já referidos eram o IPTM, a ARH, a Direção Regional de Economia, a Direção Regional de Educação, ou seja, praticamente todos aqueles que tivessem Regional no nome seriam para eliminar. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que, curiosamente reconhecia até devido à sua experiência de quase trinta anos de Administração Pública, que havia muito ao nível de Lisboa que seria facilmente extinguível. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires disse ainda que, relativamente aos aspetos que ali tinham sido referidos, nomeadamente, os relacionados com o molho da barra e o desassoreamento do canal, tinha havido o bom senso de que todas as infraestruturas portuárias no Algarve fossem monitorizadas e observadas pelo MEC – Ministério de Educação e Ciência que elaborava de relatórios sistemáticos com a classificação do grau de gravidade de cada uma dessas infraestruturas. Acrescentou que a barra de Tavira estava naquela situação e já havia um projeto elaborado que iria ter uma intervenção classificada como prioritária, já inscrita em PIDDAC – Programa de Investimentos de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central e que iria ocorrer no ano seguinte. Acrescentou, que apesar dos conhecimento já existente, eram sempre bem-vindos aquele tipo de alertas, contudo naquele domínio e talvez por algum traquejo de Administração Pública não eram apanhados distraídos, obviamente que

poderia sempre ocorrer um acidente, pois com a ARH tinham sucedido as questões das falésias, por isso com o IPTM também poderia suceder, mas tinham uma autoridade credível, o MEC, que fazia esse trabalho sistemático e a quem, de certo modo, era endossada a responsabilidade técnica àquele nível. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que o desassoreamento era sempre um drama, porém muito bem vindo do ponto de vista do IPTM. Há alguns anos atrás, a principal receita do IPTM provinha precisamente da extração de areias e, portanto, era uma atividade que todos gostavam pois além de boa para os pescadores era-o para todos. Desde a ocorrência do acidente da ponte de Entre-os-Rios, a legislação tinha mudado radicalmente, pelo que, fazer qualquer tipo de desassoreamento era muitíssimo complicado, tendo deixado de ser permitida a obtenção de receitas, passando a ser um custo, um custo a extrair, um custo a depositar, que dependia da qualidade das areias em determinados locais. Em Portugal, as Autoridades Ambientais reprovavam sistematicamente a extração, pelo que, se verificava uma guerra permanente entre as necessidades dos pescadores e da náutica de recreio que necessitam de ter os canais navegáveis e as Autoridades Ambientais que diziam sistematicamente não à extração de areias ou ao desassoreamento. \_\_\_\_\_

----Voltando a falar de um tema que referira como para memória futura, o Membro Brandão Pires, referiu que sobretudo estava relacionado com Tavira e com a previsível extinção do IPTM e de outros organismo. No atual momento, existia um programa relativamente robusto para todo o Algarve, sendo muito desse programa para Tavira. Estavam contempladas, uma intervenção profunda nas Quatro Águas, com um novo cais, com o cais da Ilha de Tavira, com o Clube Náutico, Doca de Recreio. Em Cabanas estava prevista uma intervenção com privados para instalar um ancoradouro de recreio com algum significado, estender o porto de pesca, colocar mais alguns pontões para o lado de terra e alargar os existentes agora apenas para profissionais de pesca. Para Santa Luzia existia um projeto semelhante ao de Cabanas. Havia ainda, um projeto para desenvolver a náutica de recreio em todo o canal do Gilão até ao centro da cidade de Tavira e ainda, o porto de pesca que já estava há cerca de três meses pronto para ser adjudicado, com relatório técnico elaborado, com a proposta feita, verba disponível e proposta PIDDAC perfeitamente fundamentada para que fosse executado no seguinte ano. \_\_\_\_

----Ainda sobre o porto de pesca, disse que o valor que estava envolvido era como o Presidente da Câmara tinha referido, oito milhões de euros, que não gostando de utilizar questões muito populistas, a dívida da Madeira daria para executar duzentos portos de pesca como aquele que

queriam para Tavira. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta dirigindo-se ao Presidente da Assembleia disse que tinha que interromper porque tinha ouvido atentamente e sem interromper, contudo tinha que o fazer naquele momento, caso contrário, perder-se-ia o sentido de oportunidade. Queria referir que a Assembleia Municipal de Tavira saía muito beneficiada pelo fato de ter na sua composição, um Membro de um Organismo, contudo o que não podiam era realizar ali um “*torneio de Ping Pong*” entre a Câmara e o IPTM, culpando o Governo quando interessasse desculpar a Câmara.

----Para concluir disse que, quando se tinha referido ali que atualmente havia um novo Governo, que era do PSD, era um fato conhecido por todos porque tinha ganho as eleições juntamente com o CDS – Partido Popular, o que já tinha ocorrido há alguns meses, portanto não constituía qualquer novidade. Porém, não podiam era estar ali a noite toda a defender o IPTM e a Câmara, pelo que, pedia alguma contenção no sentido de haver objetividade. De fato, tudo interessava para Tavira mas não seria aquele o fórum certo para o discutir. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia informou que estavam no período antes da Ordem do Dia e que pensava que o Membro Brandão Pires não tinha ultrapassado o tempo. Passou a palavra ao Membro Paulo Silva. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva disse que se pretendessem falar de política nacional iriam estar ali a noite inteira. Referiu que já conheciam a habilidade que o PS – Partido Socialista tinha em situações como aquelas e que estando há cem dias a governar, o PSD e o CDS, pareciam já ser os culpados de tudo. Relativamente ao porto de pesca disse que o Presidente da Câmara gostava de fazer umas “*brincadeiras*” com eles, PSD, dizendo que estava nas mãos do PSD aprová-lo. \_\_\_\_\_

----Todos tinham conhecimento do estado do país, das dificuldades que enfrentavam, pelo que, considerava uma observação infeliz a efetuada sobre a dívida da Madeira partindo de alguém com tanta experiência de Administração Pública e por quem tinha a maior consideração. \_\_\_\_\_

----Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que em mil novecentos e noventa e sete, altura em que ele era Membro da bancada do PS na Assembleia, e ele próprio Vereador da Câmara Municipal de Tavira, o Ministro João Cravinho tinha anunciado o porto de pesca para Tavira, situação que ocorrera há catorze anos. Dos catorze anos referidos, tinha havido um Governo do PSD de dois anos e meio, sendo os cerca de onze anos restante de Governação do PS e que, seguramente, durante cerca de sete anos o país não estava em crise havendo verba para se executarem algumas obras e, o PS, nunca tinha considerado a obra do porto de pesca como

prioritária. Era sempre inscrita em PIDDAC, mas nunca tinha feito nada pelo porto de pesca de Tavira. Assim, se o PSD considerasse a obra como prioritária no momento particularmente difícil que a economia atravessava, seria bom para a cidade, contudo tinha algumas dúvidas. \_\_\_\_

---A Membro Margarida Santos dizendo que estava ali a substituir o Membro Carlos Baptista, que não tinha podido estar presente, e que apenas queria efetuar uma observação dirigida ao Membro Brandão Pires. Fazia parte da Junta de Freguesia de Cabanas e a Junta estava a aguardar uma reunião com o IPTM há perto de três anos, pelo que, e na perspectiva da sua extinção, pedia que pudessem realizar a reunião pois existiam muitos assuntos pendentes para resolver. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires retorquiu que aquele assunto não era matéria para aquela Assembleia, contudo já tinha informado o Presidente da Junta de que não fazia comícios com os pescadores como o Presidente pretendia. Todavia, estava disponível para a realização de uma reunião seguindo as regras que o Estado e a Administração tinham. \_\_\_\_\_

---A Membro Margarida Santos disse que desconhecia aquela posição, pelo que, se considerava esclarecida. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires referiu que muito sucintamente gostava de perguntar ao PSD de Tavira, ao Deputado Paulo Silva, o que pensava sobre o porto de pesca, se a sua execução era ou não urgente para o Concelho ou se pelo contrário, estando na posição do Ministro ou Secretário do Estado e devido aos sacrifícios nacionais que todos atravessavam, não iria pugnar pela implementação do porto de pesca. Tinha percebido pelas suas palavras que o Membro Paulo Silva dava a entender que se a implementação do porto de pesca fosse feita seria, mas se não fosse também não constituía um problema e, como tavirense, queria saber se o Membro Paulo Silva achava que era fundamental e necessário ou não. \_\_\_\_\_

---O Membro Paulo Silva alegou que o Membro Brandão Pires não teria compreendido bem as suas palavras. Em primeiro lugar, a situação que o País vivia era delicada, pelo que, deveriam ser todos solidários. O que tinha mencionado era que se o porto de pesca era necessário, também já o era há muitos anos, e não tinha sido feito, não por culpa do PSD. Concluiu afirmando que ficasse bem claro que ele gostaria que o porto de pesca fosse construído. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra à Membro Isabel Santos. \_\_\_\_\_

---A Membro Isabel Santos referindo que não iria falar como Membro da CDU mas sim como tavirense, notava que no meio da guerra declarada entre o PSD e o PS, como ali tinha ficado demonstrado, os lesados eram os tavirenses que iriam ficar sem porto de pesca. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia respondeu dizendo que não lhe parecia existir guerra alguma, contudo a questão era fácil de resolver, a CDU só tinha que ganhar as próximas eleições. \_\_\_\_\_

---Perguntou se haviam mais assuntos a expor antes da Ordem do Dia e passou a palavra ao Membro Jaime Costa. \_\_\_\_\_

---O Membro Jaime Costa disse que queria apenas deixar uma nota relativa ao porto de pesca que considerava uma obra essencial, não apenas para a cidade, mas basicamente para a comunidade piscatória de Tavira. Não estava apenas relacionada com o orçamento da cidade mas com as condições que os pescadores tinham para trabalhar que não eram compatíveis com as condições existentes em Tavira e, por essa razão, pensava que deveria ser exercida uma grande pressão para que o porto de pesca fosse construído. Para concluir, disse que deveria ser notado, que nunca antes tinha havido um entrosamento tão grande entre a Câmara Municipal e o IPTM como nos últimos dois anos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara iniciando pela intervenção da Membro Isabel Santos, disse que o projeto da requalificação ou reabilitação da EN 125, cuja obra tinha sido adjudicada por cerca de dezoito milhões de euros a um consórcio português e espanhol, tinha passado por algumas dificuldades. Ele próprio tinha vindo a acompanhar de perto todo o processo do qual apenas existiam três manifestações no terreno sendo, uma muito recente em Lagos, outra em Faro com a variante de Faro adjudicada ainda antes do mandato do atual Presidente e que recentemente estava a ter alguma visibilidade e, um local entre Faro e Olhão onde estava a ser construída uma rotunda. \_\_\_\_\_

---Quanto a Tavira, a Câmara, tinha estabilizado todas as rotundas, treze, e ainda faltava viabilizar a variante da Luz de Tavira, para a qual não tinham chegado a consenso relativamente à implementação de um viaduto por entenderem que a estrada não cabia no local pretendido. Tinham pedido à EP – Estradas de Portugal que fizessem uma rotunda no cruzamento onde recentemente tinha ocorrido um acidente com dois mortos e um ferido grave, pois tinham realçado que aquele cruzamento era muitíssimo perigoso. A EP tinha recusado porque estava previsto continuar a existir a rotunda da estrada da Fonte Salgada, a rotunda da Nora e uma rotunda mesmo à saída da ponte, no cruzamento para Cachopo. Os atravessamentos não irão ser permitidos, tendo os peões que sair pela linha do trânsito, ir até à rotunda e voltar para trás. \_\_\_\_\_



---Continuou informando, que relativamente à questão das desniveladas tinham sido faladas em duas reuniões realizadas com elementos da EP e que tinha verificado, que no projeto de reabilitação não estavam previstos, pelo que, se quisessem fazer passagens desniveladas, tinha que ser o Município de Tavira a executá-las e custeá-las. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que iriam voltar a insistir na questão. Tinha acabado de chegar a casa quando lhe foi sinalizado que do acidente tinham resultado dois mortos. No final do ano, também tinha falecido uma senhora naquele local. Muitas pessoas da Freguesia de Santa Maria viviam a norte da EN 125, pelo que, a questão do atravessamento era um grande problema que tinham, uma questão muito atual e uma preocupação muitíssimo bem colocada pela Membro da CDU. \_\_\_\_\_

---Passando à comida das escolas, o Presidente da Câmara referiu que tinha estado nos primeiros dois dias nas Escolas D. Paio e D. Manuel I a comer a comida das escolas, feita lá, por cozinheiras a sério e que sinceramente tinha gostado da comida e reparado que os miúdos tinham comido tudo. \_\_\_\_\_

---Informou que em relação ao ano transato estavam atualmente a servir mais quatrocentas refeições, e que tendo sido contratadas mil e setentas refeições, tinham servido naquele mesmo dia, mil seiscentas e trinta. O preço por refeição era de um euro e quarenta e seis cêntimos por cada criança. O que alguns dos seus conhecidos, com crianças em idade escolar, lhe tinham dito era que a comida era boa, naturalmente, uns dias melhor outros pior, mas a um bom nível. Tinham-lhe dito que a comida do pré-escolar e primeiro ciclo, melhorara consideravelmente até mesmo quanto às quantidades servidas. Semanalmente, era efetuada uma reunião com a empresa e os Diretores dos Agrupamentos para tratar de eventuais reclamações, queixas e outras questões, de modo a poderem ser corrigidas. Trata-se de uma empresa certificada pelo Estado, pois a empresa contratada estava na Agência Nacional de Compras Públicas onde só constavam duas empresas capacitadas para servirem refeições nas escolas do Algarve. O critério de escolha tinha sido o do melhor preço cuja diferença era apenas de um cêntimo. Procuravam estar muito atentos e alerta relativamente à qualidade da comida servida nas escolas, pois esse era para ele um ponto de honra. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara referiu ainda, que conhecia as preocupações de alguns pais, Associações de Pais, contudo tinham que distinguir algo de muito importante, se as reais questões estavam relacionadas com a qualidade e quantidade de comida, ou com algum problema pessoal contra alguém, ou com o fato de não gostarem daquela comida preferindo a anterior. \_\_\_\_\_

---Assim, dentro da linha que acreditava ser importante, a qualidade da comida, que as crianças se alimentassem, que comessem toda a comida, que esta fosse equilibrada, que as ementas fossem vistórias e sobretudo que comessem na escola, pois sabia que era a única forma de muitos deles comerem alguma coisa. Tinham alguns contatos com locais onde se vendiam frangos assados, sandes e outros, e o movimento nessas casas tinha vindo a diminuir. Poderia dever-se ao fato de ser novidade, porém como já tinha dito, todas as semanas falavam com a empresa onde expunham todas as questões e obtinham elementos quanto ao número de refeições servidas, quais as ementas, que num dia o arroz estava mais aguado, noutra a sopa mais grossa, um dia tinham confeccionado raviolis que não chegaram tendo que confeccionar dois tipos de comida. Diariamente, a Divisão de Educação contactava os Diretores das escolas para obter o ponto da situação. \_\_\_\_\_

---Só tinham decorrido duas semanas desde o início daquele modelo de refeições e cada dia haviam mais crianças a comer na escola. Naquele mesmo dia tinham sido servidas mil, seiscentas e trinta refeições e tinham começado com um número entre os mil e duzentas e mil e trezentas refeições. \_\_\_\_\_

---Para concluir aquela questão, disse que agradecia a preocupação que também era a sua mas era imprescindível distinguir a quantidade e qualidade da comida servida de qualquer outro conceito de alguém que podia não gostar do processo resolvendo dizer uns impropérios como se tinha verificado, naquele mesmo dia, numa reunião de pais realizada na escola D. Manuel I.

---Passando à questão seguinte, sobre o acesso entre a estrada do Gran Plaza e a rotunda da Balsense, informava que estavam a elaborar o projeto que se encontrava em fase de especialidades, para executar algo que já deveria ter sido executado, porque quando licenciamento para o Gran Plaza foi emitido, deviam ter negociado toda aquela área como contrapartida. A obra iria custar ao Município, seiscentos mil euros, apenas para construir dois passeios, colocar iluminação pública, alisar o terreno tendo em atenção as caixas e esgotos existentes. Os tavienses iriam ter que pagar um projeto que tinham mandado fazer e que pensava estar em condições de lançar concurso no final do corrente ano. A demora devia-se essencialmente aos pareceres de que as especialidades dependiam, Telecom, TaviraVerde, entre outros. \_\_\_\_\_

---Grande parte do mau estado daquela estrada devia-se à TaviraVerde que tinha efetuado ali algumas reparações, tendo tido necessidade de efetuar algumas escavações, e deixado as caixas mais elevadas que a estrada. Já tinham reportado essas questões à TaviraVerde,

solicitando o arranjo de, pelo menos, a regularização do piso em relação aos medidores de caudais que lá tinham colocado. Quanto a essa questão estava totalmente à vontade pois era Presidente do Conselho de Administração da TaviraVerde, embora sem funções executivas e sem receber qualquer remuneração, tal como o seu antecessor. \_\_\_\_\_

----Passando ao porto de pesca, o Presidente da Câmara disse que não queria fazer daquele um tema de campanha, até porque não estavam ainda nessa fase. Quando lá chegassem poderiam ver quem era o responsável, porque como os Membros deviam calcular, não tinha assumido aquelas funções para brincar, pois todos tinham, certamente, muito que fazer com as suas vidas. Acrescentou que se lembrava da altura do Ministro Cravinho e pensava que não tinha sido cumprido talvez porque por parte de Tavira as coisas não tivessem sido feitas da melhor forma, contudo ele apenas se reportava a um documento assinado pelo IPTM e o seu antecessor, no ano de dois mil e oito, que se tratava de um protocolo de entendimento onde constava o porto de pesca. Tinha-se prometido fazer, mas depois não se tinha feito nada porque existiam outras prioridades. O certo era que, no primeiro ano das suas funções, o primeiro PIDDAC contemplava uma verba de um milhão de euros para o porto de pesca, cujo valor tão elevado nunca tinha sido contemplado. No segundo ano, devido aos cortes orçamentais, e estava a falar de dois mil e dez, dois mil e onze, tinham conseguido que a verba prevista em PIDDAC para o porto de pesca fosse de oitocentos mil euros, assunto muito criticado pelo BE que pretendia quatro milhões. \_\_\_\_\_

----O projeto do porto de pesca estava pronto desde o fim do ano transato, altura em que tinha sido lançado concurso, estando presentemente para confirmação de adjudicação. Não queria deixar de dizer que tinha feito muita pressão, tinha conversado bastante, tinha andado demasiado tempo em Lisboa, tinha percorrido os Gabinetes, tinha feito pressão com Deputados, com Direções Gerais, com o Diretor do IPTM, tinha falado com o Ministro, com o Secretário do Estado, em suma, tinha agido como um Presidente de Câmara interessado e, o certo era que entre muitos cortes decididos, o porto de pesca para Tavira tinha-se mantido inscrito. Pelas razões apresentadas ninguém podia dizer que se tratava de um assunto histórico, porque nunca o tinha sido. Sabia o papel que tinha tido em todo o processo, sabia a que portas tinha batido, sabia o que tinha andado atrás dos mapas do desenvolvimento regional do planeamento do PIDDAC para que a verba do porto de pesca lá constasse, tendo mesmo, em determinada altura, dito que se o porto de pesca não arrancasse podiam contar com outro Presidente de Câmara porque estava a ser demasiado estratégico para o seu gosto. O certo era

que a promessa que lhe tinha sido feita pelo anterior Governo, tinha sido cumprida, o processo do porto de pesca tinha avançado e tinha-se efetuado o concurso que já estava fechado. \_\_\_\_\_

----A questão atual era diferente, decorrente do fato da verba destinada ao porto de pesca ser ou não confirmada por este Governo. Não existia política naquela situação, a política viria depois porque já tinha falado com a Ministra Assunção Cristas, com o Chefe de Gabinete do Secretário do Estado dos Assuntos do Mar, já tinha remetido relatórios e já tinha falado com vários Deputados entre os quais de Tavira a quem tinha pedido para ajudar naquele movimento importantíssimo para o desenvolvimento de Tavira. \_\_\_\_\_

----A política viria no próximo mapa do PIDDAC, ou ganhava a comunidade de Tavira, ganhando todos, ou perdiam todos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara solicitou ainda que os Membros se deixassem de politiquices, do assunto ser falado há já treze anos, porque o importante era que Tavira não possuía uma estrutura náutica de qualidade e era uma terra com vinte quilómetros de frente de mar e ria. Essa era uma situação, por todos reconhecida, como edílica para a prática de desportos náuticos, por isso, estavam a tentar fazer alguma coisa e, para o fazer, tinham que ser todos pois não era uma vitória sua, dado que se o conseguissem fazer todos ficariam a ganhar. \_\_\_\_\_

----Continuou dizendo que era um fato que, presentemente, a decisão dependia do atual Governo que tinha que apadrinhar o projeto, mandar inserir nos mapas regionalizados do Plano de Desenvolvimento Regional PIDDAC, e dizer quanto estaria disponível em três anos ou se pelo contrário, pretendiam extinguir o projeto independentemente de existir Direção Regional do IPTM ou não. \_\_\_\_\_

----O porto de pesca era sem dúvida estratégico para Tavira porque se acontecesse, iria permitir criar condições além dos benefícios evidentes aos pescadores que muito dele necessitavam, bastando para o constatar, dirigirem-se ao cais e verificarem as condições em que os pescadores trabalhavam, porque os pescadores de Santa Luzia e Cabanas tinham melhores condições de trabalho que os de Tavira. \_\_\_\_\_

----Apenas o cais de Cabanas é não possuía Docapesca, contudo tinha muito mais condições para sair e entrar do que o cais de Tavira. Por isso, bastava dirigirem-se ao cais para facilmente verificarem do que estava a falar e da real necessidade do porto de pesca para potenciar a economia da terra que bastante carecia. Não se pretendia apontar o dedo a quem quer que fosse, estavam na fase de efetuar um alerta, um apelo, para que todos concentrassem energias no sentido de fazer notar ao Governo que aquela era uma estrutura vital para Tavira, para os

seus pescadores e para o Sotavento Algarvio, porque mais que de Tavira, se tratava de uma estrutura Regional. \_\_\_\_\_

----Estavam a falar de uma estrutura no valor de oito milhões de euros acrescidos de mais um milhão e quinhentos mil para a fiscalização da obra. Essa era a verdadeira questão e no patamar que se encontrava, pelo que, pedia aos Membros que acreditassem que se não se executasse, teriam que verificar o que tinha acontecido porque, nesse caso, seria uma derrota sobretudo para Tavira, mas consequentemente uma derrota para o Presidente da Câmara de Tavira, porque durante os seus dois anos de mandato tinha feito o que muitos tinham dito que tinham feito, não o fazendo, porque o resultado tinha sido zero. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e passou a palavra ao Membro José Manuel do Carmo. \_\_\_\_\_

----O Membro José Manuel do Carmo disse que estava convencido que a frase dita sobre o *“buraco colossal”* que tinha surgido há duas semanas atrás, se devia ao fato do Governo já saber quanto ao *“buraco da Madeira”* porque um *“buraco colossal”* só podia ser aquele e, portanto, já deviam ter ali algumas nuances, porque deviam de se estar a referir àquele. Tratava-se pois de uma blague. \_\_\_\_\_

----Ficava contente pelo fato de ao ter introduzido aquele ponto ter permitido que tivessem aquela questão, aquela pergunta, aquele pedido de informação, porque tinha permitido, de fato, terem ali uma conversa bastante séria sobre o porto de pesca e outras matérias, que provavelmente tinham proporcionado uma troca de afirmações de principio de que estavam todos empenhados no porto de pesca e que a partir dali, possivelmente, cada um teria que fazer aquilo que lhe competia, na medida das suas possibilidades, para mostrar esse fato. \_\_\_\_\_

----Concluiu dizendo que esperava que o BE – Bloco de Esquerda tivesse contribuído nesse aspeto e que através de algumas questões que ia colocando, provavelmente fosse permitindo alguns debates interessantes sobre aquelas matérias. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires elogiou a intervenção do Membro José Manuel do Carmo. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se existia mais alguma questão e passou a palavra ao Membro Rui Horta. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta referiu que apenas gostava de fazer uma precisão. Chamou à atenção para o fato de que, quem tinha suspenso o PIDDAC não tinha sido o PSD mas sim o Governo do PS em exercício de funções, dizendo que não se fazia o porto de pesca de Tavira. \_\_\_\_\_

----Quem tinha suspenso o PIDDAC tinha sido o Governo de José Sócrates em Abril quando

ainda não havia eleições e isso tinha sido noticiado. Passos Coelho só tinha ganho as eleições uns meses mais tarde, tendo sido José Sócrates que dissera que não se fazia o porto de pesca, até porque ao ritmo a que as questões estavam a correr, se a obra não tivesse sido mandada suspender em Abril, certamente já teria sido lançada. Continuou dizendo que aquela era a crença de todos e que todos estavam conscientes de que se não acontecesse seria uma perda de um investimento brutal para Tavira. \_\_\_\_\_

---Quanto ao apontar de culpas, a questão era, se o porto de pesca se fizesse era uma tremenda vitória para o Executivo da Câmara de Tavira, realmente tremenda e sobre a qual a Câmara já vinha ganhando medalhas. Contudo, se o porto de pesca de Tavira não se fizesse, era certamente uma derrota tremenda para o Executivo da Câmara de Tavira. Aquele era um ponto assente, tal e qual o tinha sido para todos os outros que tinham estado no Executivo. \_\_\_\_\_

---Terminou reforçando que quem tinha mandado suspender o PIDDAC tinha sido José Sócrates. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara mencionou que apenas queria clarificar a questão levantada. O PIDDAC estava suspenso, tão suspenso que o relatório final da empreitada do porto de pesca de Tavira tinha sido elaborado há menos de um mês atrás, o que queria dizer que o que o Membro Rui Horta tinha dito caía pela base. Os serviços tinham continuado a trabalhar, os mapas do PIDDAC tinham continuado ativos, não tendo sido suspensos, e o valor tinha ido para confirmar pelo IPTM com o PIDDAC ativo. Quanto ao restante, a questão era política, pelo que, no final logo se veria quem ganhava ou perdia. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires disse que pretendia apenas fazer um esclarecimento relativamente ao que o Membro Rui Horta tinha dito e nem sequer era para o contradizer. Relativamente aos timings não podiam ter sido mais curtos. Quando o Membro Rui Horta dizia que já estava adjudicado, não podia estar, sendo totalmente impossível porque no decorrer do concurso tinha surgido uma reclamação e com a análise das propostas só presentemente é que podia ser adjudicado, não podendo por isso ter sido antecipado. Tinha sido efetuado no prazo mais rápido possível de acordo com os limites legais. \_\_\_\_\_

---Quanto à suspensão do PIDDAC, tinha-se verificado uma suspensão genérica mas como o Presidente da Câmara já referira, tinha-se continuado a executar as obras e os procedimentos que estavam em curso. Quando da chegada da Troica e da manifestação da dívida de Portugal, tinha havido uma medida genérica de suspender o PIDDAC globalmente mas e, nomeadamente, as obras novas que se iniciassem, tinham que ser autorizadas pelo Ministério

das Finanças, o que não era o caso do porto de pesca de Tavira. Para concluir, referiu que dizer que Sócrates tinha suspenso o porto de pesca de Tavira era um pouco de demagogia. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta insistiu dizendo que era ponto assente, se o PIDDAC era suspenso, o porto de pesca também o era. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia interrompeu para dizer que não conseguia perceber como era possível suspender-se algo e continuar-se a trabalhar no tema e efetuando o lançamento de um concurso. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que iriam continuar a Sessão esperando que o porto de pesca fosse construído porque isso é que era verdadeiramente importante para o povo tavirense, e quanto à discussão política, deveriam deixá-la para as próximas eleições que só se realizariam dali a dois anos. \_\_\_\_

----Perguntou se havia mais alguma questão que não estivesse relacionada com o porto de pesca. \_\_\_\_\_

----Verificando que não haviam mais questões referiu que iam passar à Ordem de Trabalho, contudo antes de iniciarem, gostava de pedir aos Membros que relativamente ao ponto número um referente à informação do Presidente da Câmara, considerassem a página quatro que havia sido distribuída, porque a que constava continha um erro e portanto a distribuída é que era a página correta. Passava a palavra ao Presidente para se pronunciar sobre o ponto número um. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara começou por mencionar que a apresentação que ia mostrar se referia ao período desde o dia vinte de Junho até àquele dia. Pensava que tinham tido um bom Verão, com um conjunto de atividades simpáticas onde tinham conseguido congregar algumas vontades porque tinham tido que ser muito rigorosos. Para a atividade do Verão em Tavira, o orçamento tinha diminuído trinta e cinco por cento relativamente ao ano transato. Tinham conseguido algumas sinergias, nomeadamente com o Movimento Tavira, Lda. e com outras Associações. Tinham aproveitado muito bem os grupos locais para a realização de um conjunto de espetáculos apresentados na Praça da República e inseridos em Protocolos. Tinham conseguido conquistar a Entrepósito Gestão Imobiliária que, de fato, tinha oferecido o espetáculo de Carlos do Carmo e possibilitado o espaço. Tinham tido o retorno das receitas de bilheteira dos espetáculos de Rui Veloso e Carminho. A Teresa Salgueiro tinha vindo atuar a Tavira apenas por conta da bilheteira não tendo cobrado qualquer verba à Câmara de Tavira e ainda, um conjunto de eventos que tinham acontecido. \_\_\_\_\_

----Pensava que o Verão tinha sido muito bom e muito se tinha falado de Tavira o que era

ótimo. Tinham conseguido meter Tavira no mapa, o que tinha sido reconhecido por todos. Tinham-se realizado vários eventos que abrangendo diferentes públicos de diferentes faixas etárias, como os Morangos com Açúcar, conferências, debates, exposições, música, espetáculos de qualidade, e eram esses que mostrava na pequena sinopse sobre o que tinha acontecido nos últimos tempos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara iniciou a apresentação com a mostra de duas exposições, estando uma ainda a decorrer. Convidou os presentes para a inauguração, no dia um de Outubro seguinte, da nova exposição da Culturgest que iria estar até Janeiro de dois mil e doze. Mostrou imagens das exposições de pintura de Luís Gordillo e de fotografia da Família Andrade que estariam patentes até ao próximo dia doze de Janeiro. Acrescentou que quem não tivesse tido oportunidade de ver a exposição de fotografia da Família Andrade, aconselhava vivamente a visitá-la porque o sentimento dos tavirenses ficava muito engrandecido visitando a exposição. \_

----O segundo diapositivo referia-se a todas as exposições realizadas no Edifício André Pillarte. \_

----Depois, o Presidente da Câmara mostrou um conjunto de oficinas de verão que tinham decorrido com a participação de muitas crianças e jovens. Considerava as oficinas uma realização importante para proporcionar ocupação de tempos livres. \_\_\_\_\_

----Seguidamente referiu-se às visitas organizadas pelo Palácio da Galeria efetuadas para um conjunto de pessoas que se tinham inscrito gratuitamente. Estavam-se a realizar quatro rotas, descobrimentos, medieval, barrocal e contemporâneo. \_\_\_\_\_

----O quinto diapositivo com a mostra de algumas Cenas de Rua que se tinham realizado desde o dia um de Julho e que pensava terem tido um bom leque de artistas. Dentro das Cenas de Rua tinham sido promovidos, um espetáculo pelo Algarve Central, inicialmente, um conjunto de cinco Municípios, presentemente seis com Albufeira, que se tinham organizado para efetuar produção comum aos Municípios, e dos quais Tavira tinha tido, os Les Colporteurs com o espetáculo Les Etoiles, e três do Algarve, The Station, que se tratou de uma linha de comboio, o Deamduloscopie e o Cliffhanger que se tivessem sido pagos pelo Município não teriam forma de os apresentar, pelo menos, pagando uma verba tão elevada. O que se tinha verificado era a realização de espetáculos com qualidade, com vasta assistência, pelo que, as Cenas de Rua continuavam a ter espaço na agenda do Algarve. \_\_\_\_\_

----Seguidamente mostrou quatro apontamentos da segunda edição do Festival de Jazz. \_\_\_\_\_

----O sétimo diapositivo referia-se aos quatro concertos que já tinha mencionado e que no corrente ano tinham tido a colaboração do Quartel, Regimento de Infantaria 1, que



disponibilizara o espaço onde tinham estado cerca de duas mil pessoas. Os outros espetáculos tinham sido únicos porque certamente, não seriam realizados mais concertos no Convento das Bernardas, com as pessoas sentadas dentro da piscina, de um espaço desenhado por Sotto Moura. \_\_\_\_\_

----No seguinte estavam patentes alguns apontamentos dos concertos realizados na Praça da República. \_\_\_\_\_

----Mostrando o flyer da décima segunda mostra de cinema disse que apesar de algumas pessoas alegarem que a Câmara de Tavira não a tinha apoiado, que tudo tinha corrido mal, o certo era que, não só tinha apoiado, como na falta de apoios individuais de outras entidades, tinham acabado por financiar uma verba maior que a do ano transato. A mostra de cinema europeu tinha-se realizado nos claustros do Convento do Carmo. \_\_\_\_\_

----Quanto a feiras continuaram a acontecer as Feiras do Livro, CD's, Vinil, Ofícios, Antiguidades e a Feira de Stocks que no corrente ano se tinha realizado mais cedo. \_\_\_\_\_

----Continuando no tema das feiras mostrou imagem da Feira de Caça e Pesca que tinha sido falada naquela Assembleia e que atraía muitos visitantes. Se a Câmara pudesse continuar a apoiar, certamente, no próximo ano realizar-se-ia mais uma edição daquela feira. Tinha decorrido no espaço do Parque de Feiras e Exposições do agrado de todos e, que seguramente, quando estivesse terminado, seria um espaço de referência. \_\_\_\_\_

----No décimo segundo diapositivo constava um conjunto de festas, porque apesar da crise, não se tinham deixado de realizar as festas tradicionais em honra dos pescadores quer de Santa Luzia como de Cabanas, Santo Estêvão, Luz de Tavira e, ainda a Facarte. Embora não estivesse patente no diapositivo tinha-se realizado pela primeira vez, a Feira da Luz Viva, que tinha sido muito interessante e com atividades equestres que no corrente ano tinham sido proporcionadas com grande qualidade pelos Luzenses. \_\_\_\_\_

----Seguidamente, o Presidente da Câmara, apresentou a abertura do ano letivo com a presença dos respetivos professores. Tinha-se realizado uma pequena receção aos professores a fim de tomarem conhecimento das regras relativas ao que tinha sido previsto para o ano letivo. Informou que a abertura tinha corrido sem incidentes, com refeições servidas no primeiro dia, com comida quente e feita pelo método tradicional, ou seja, cozinhada na escola. Quanto às AEC – Atividades Extra Curriculares estavam a funcionar no primeiro dia de aulas ao contrário de outros Concelhos que não tinham tido possibilidade de ter AEC's, não as tendo ainda, nomeadamente os Municípios de Olhão e Faro. Em Tavira, tinha-se oferecido o material escolar

que não tinha sido citado por ninguém, parecendo que tinham adquirido tudo, tendo inclusivamente uma Deputada, num artigo do Jornal Postal do Algarve, dito que essa era uma obrigação do Município, não vislumbrando ele na lei qualquer tipo de obrigatoriedade daquela natureza, a oferta dos materiais escolares aos alunos de todos os escalões. Referiu que quando as críticas eram feitas não se devia dizer apenas a parte que eventualmente interessava a cada um, pois era essa falta de cuidado que dava um ar menos sério à política. \_\_\_\_\_

---No presente ano, tinham oferecido os kits escolares, tinham continuado a ter as AEC's , iriam continuar a haver os autocarros escolares relativamente às visitas de estudo, ao contrário de outros Municípios que as tinham cortado, o Município de Tavira continuaria a proporcionar a possibilidade de serem realizadas visitas de estudo por considerarem uma componente importante na formação, desde que, obviamente, devidamente validadas pelo pedagógico. \_\_\_\_

---Tinham deixado de ter a portaria das escolas com segurança privada, que sendo simpático, custava ao Município noventa mil euros que não podiam, não deviam e não queriam suportar. Assim, tinham tido a coragem, ousadia ou ato de boa gestão, de transferir um conjunto de funcionários públicos do Município, todos assistentes operacionais, para as escolas, onde verdadeiramente faziam falta. Desse modo também tinham terminado com os POC – Programas Ocupacionais, que no ano transato tinham sido trinta e oito passando a apenas dois no corrente ano, ambos nas bibliotecas escolares. Esta situação possibilitou dar mais estabilidade ao corpo não docente, porque sendo o corpo docente muito importante, o corpo não docente também o era, e desta forma tinham conseguido ter funcionários com responsabilidade disciplinar a tratarem das crianças que eram o principal ativo do Município. Ao terem procedido daquela forma tinham, obviamente, assumido essa responsabilidade, mas tinham-no feito porque eram pessoas responsáveis e para que quando o Governo, se o Governo, procedesse como havia anunciado, e mandasse cortar dois por cento do pessoal da Câmara, seguramente, com todas as pessoas a exercerem funções a sério, devidamente ocupadas e em funções de responsabilidade, iriam ter muita dificuldade se tiverem que identificar essas pessoas. O que estavam a tentar era que cada um criasse o seu próprio posto de trabalho, um posto verdadeiramente não despiciendo e pensava que nesse aspeto estavam a ser absolutamente responsáveis com os postos de trabalho. \_\_\_\_\_

---Concluindo, disse que o ano escolar estava a decorrer, estavam-se a levantar algumas questões quanto às refeições escolares mas estavam a monitorizar todas as semanas quanto à qualidade e quantidade de comida servida às crianças e, ele próprio, passava algumas vezes

pela escola para aferir como e o quê estavam a comer, pois estava preocupado com aquela questão. \_\_\_\_\_

----No décimo quarto diapositivo informou que no corrente ano a Feira da Juventude, que tinha acontecido no fim de semana anterior, tinha sido transferida de Abril, porque sendo uma organização dos jovens da Escola Secundária com o apoio da Câmara Municipal de Tavira, tinham mudado de Abril para aquela altura porque as últimas Semanas da Juventude realizadas não tinham corrido muito bem devido ao mau tempo que se tinha feito sentir. Considerava que não devia existir nada mais drástico para os jovens, do que estarem a organizar um evento e depois não conseguirem realizar as atividades de rua devido ao mau tempo. Assim, tinham transferido a data para o início do ano letivo e pelas reações recolhidas, pensava que a ideia tivesse vindo para ficar. A Semana da Juventude tinha sido muito interessante, com muitos workshops, orientações e um conjunto de bons eventos. \_\_\_\_\_

----Passando ao diapositivo seguinte, o Presidente da Câmara referiu-se ao Dia Europeu sem Carros com a participação de agentes e crianças, e a Festa do Desporto Tavirense que tinha acontecido na anterior sexta-feira à noite. \_\_\_\_\_

----Mostrou imagens da Corrida Mar Azul. \_\_\_\_\_

----O décimo sétimo diapositivo referia-se à receção apoteótica, que tinha considerado fantástica, de Ricardo Mestre e de toda a equipa do Clube de Ciclismo de Tavira. \_\_\_\_\_

----Relativamente às obras e urbanismo, informou que ia mostrar um conjunto de intervenções que a Câmara estava a executar para que não fosse dito que não faziam nada para além de festas. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao diapositivo seguinte, o Presidente da Câmara disse que não sabia se os Membros já tinham reparado, mas aquela era uma obra que já se encontrava terminada. Referia-se à entrada do entroncamento da Rua Luís de Camões com a Rua Dr. Fausto Cansado. Acrescentou que o projeto não era da atual Vereação, contudo tinham sido eles a executar a obra que presentemente era o que contava. \_\_\_\_\_

----No vigésimo diapositivo referiu algumas intervenções nas escadarias, como na de acesso ao Portal Manuelino, que fazia uns vãos muito bonitos mas que tinham sido esquecidas as pessoas idosas, que não tinham corrimão para descer aquela escada. Reportando-se ao tema anteriormente debatido, à mobilidade, disse que a questão que tinha acabado de apresentar também era mobilidade e que não podendo construir naquelas escadas uma rampa devido a não ter inclinação para tal, certamente que o corrimão iria facilitar e ajudar as pessoas mais

idosas. Acrescentou ainda, que era por questões como aquela que Tavira era agraciada com a ECO XXI, porque para entregarem aqueles galardões, eram analisados os desnivelamento dos passeios, os facilitadores para as pessoas mais idosas e um conjunto de pequenos pormenores que ninguém reparava mas que custavam dinheiro e, mesmo não parecendo, contribuía em muito para a qualidade de vida dos cidadãos tavirense o que era um fato importante. \_\_\_\_\_

----Passando ao diapositivo seguinte mostrou uma obra que parecia ter passado despercebida mas que tinha custado cerca de dez mil euros ao Município. Tratava-se do muro da Cruz Vermelha de Tavira, que tinha as suas instalações no local, mas que eram património Municipal. Era o muro a que o Presidente da Junta de Santa Maria já ali se tinha referido várias vezes que estava a cair e arriscava uma derrocada total. Tratava-se de uma pequena obra que ninguém se apercebia mas que já estava concluída. \_\_\_\_\_

----Referindo-se à intervenção na esquina da Rua Dr. Silvestre Falcão com a Rua Poço do Bispo tinham sido executadas umas escadas porque havia um conjunto de idosos que ali caíam, principalmente se o piso estivesse molhado, o que era mau para a mobilidade. Tinha um corrimão a condizer e desnivelado e o passeio do lado oposto que inicialmente era de vinte centímetros, por não ter sido contemplado na requalificação da rua, passou a ser um passeio de um metro e vinte para que as pessoas que, eventualmente, viessem em cadeira de rodas não tivessem que se deslocar no meio da estrada que também passou a ter apenas um sentido. Tinham favorecido os peões porque a estrada que anteriormente tinha dois sentidos passou a ter apenas o sentido descendente que o valorizou, claramente, a qualidade de espaço para a passagem dos peões. Quanto à colocação de pilaretes ainda se encontrava em estudo. \_\_\_\_\_

----O diapositivo número vigésimo terceiro mostrava mais uma obra relacionada com a mobilidade. O Presidente da Câmara mencionou que ainda se lembrava de em criança andar na escola das *"Paredinhas"* e, certamente, todos os Membros tinham por ali passado sendo o passeio muitíssimo estreito. Assim, tinham estreitado um pouco a estrada e alargado o passeio por onde já era possível passar e ainda tinham ganho alguns lugares de estacionamento. Faltava apenas a pavimentação, contudo devido às escassas verbas haviam outras prioridades mas esperavam conseguir pavimentar aquela rua para que a obra ficasse completa. \_\_\_\_\_

----Referindo-se a Cabanas, durante o Verão, tinha reparado num mureto de uma casa junto à estrada que estava a desabar, pelo que, tinha sido uma necessidade consertá-lo, o que já estava efetuado. \_\_\_\_\_

----O diapositivo seguinte referia-se a algo que considerava interessante pois tinha dado origem

a inúmeras reclamações, porque havia uma obrigação assumida pela Câmara Municipal de Tavira relativamente ao Parque Industrial, e que nunca tinha sido cumprida. Tratava-se de uma zona que ficava por debaixo do barranco e que poucos reparavam, mas que havia quem se queixasse de que a Câmara não tinha feito a vedação no Parque Industrial de Santa Margarida. Como se tratava de algo que não se via, não tinha sido feito, porém tinham tido que o fazer para deixarem de ter um conjunto de particulares a reclamar, com toda a razão, porque alguém não tinha efetuado o seu trabalho. Na colocação da vedação tinham gasto cerca de doze mil euros. \_\_\_\_\_

----Também tinha ocorrido que o piso do Pavilhão Eduardo Mansinho, que já tinha alguns anos, tinha apodrecido no corrente ano, o que levava ao dispêndio de quarenta e seis mil euros. Também, nas condições que se encontrava não era possível a realização de jogos do Clube Vela porque as marcações tinham mudado, tendo, por isso, que alterá-lo, fazer o afagamento, a substituição do ripado e o envernizamento do chão, para que o Clube Vela e os jovens tivessem todas as condições para exercerem a sua atividade desportiva. Tinha sido uma intervenção urgente, pois não sendo feita impossibilitaria a prática desportiva durante o corrente ano. Tinham sido gastos no pavilhão de Tavira cerca de vinte e cinco mil euros, tendo reparado também o pavilhão da Luz de Tavira. Presentemente, a reparação estava terminada e já se tinha realizado, no fim de semana anterior, um jogo do Clube Vela que tinha jogado com o Paço de Arcos e tinha ganho. \_\_\_\_\_

----O vigésimo sétimo diapositivo mostrava imagens da pequena obra da curva de Cachopo. Existia nessa curva um muro de suporte que tinha peso a mais relativamente ao barranco, pelo que estava a cair. Tinham comprado o terreno pelo preço de quatro mil e quinhentos euros tendo mandado fazer um muro mais ligeiro, o que pensava que iria resolver. Era visível e notório, que tendo a estrada pouquíssimo tempo de feita se estava a partir ao meio devido, segundo a opinião dos técnicos, ao excesso de peso. A obra estava a ser executada, tratava-se de uma obra pequena mas devido às atuais condições que tinham para financiarem essas obras, tinham que fazer um esforço para as conseguirem realizar. \_\_\_\_\_

----Mostrou ainda, fotografia do decurso da empreitada do Centro Escolar da Horta do Carmo que, seguramente, não era facilmente visível, pois ninguém falava nela, contudo estava a acontecer e tinha sido adjudicada por dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil euros acrescidos de IVA, aos quais seriam somados trezentos e cinquenta mil euros previstos para equipamento. Aproveitava para informar que o valor já mandado faturar para que fosse paga a

respetiva comparticipação FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ainda não tinha sido recebido, o que queria dizer que tinham ali alguns problemas que iam tentar resolver, mas para quem dizia que não se fazia obra apenas festas, tinham obras importantes, sendo que a construção do Centro Escolar da Horta do Carmo iria permitir acabar com os regimes duplos em Tavira. \_\_\_\_\_

----Passando ao diapositivo seguinte, o Presidente da Câmara referiu-se a mais duas obras que estavam a executar. A primeira era a intervenção na Escola de Santa Luzia para que as crianças pudessem comer na escola. Tinha oitenta e seis crianças que lá comiam todos os dias e que, no ano transato, tinham comido de forma muito precária. Tratava-se de uma escola que certamente iria continuar porque tinha oitenta e seis alunos, pelo que, pensava que não houvesse Governo algum que a mandasse fechar. Então, o que tiveram que fazer foi criar condições para que as crianças pudessem comer na escola tendo, para isso, que fazer um polidesportivo, um polivalente, um refeitório e uma pequena biblioteca com um espaço de lazer. A obra custava sessenta e cinco mil euros que não sendo um valor muito elevado, para quem tinha pouco, era um valor muito alto. \_\_\_\_\_

----Na outra imagem do diapositivo constava a obra em execução na Rua Francisco Sá Carneiro com a Rua Luís de Camões que resultava de uma situação que se arrastava desde mil, novecentos e oitenta e cinco, pois estava lá um triângulo, com uma vegetação abundante que não se sabia bem para que servia, mas que era abundante e as árvores já estavam bastante robustas. Presentemente, estavam a construir uma rotunda para facilitar a mobilidade que seria acompanhada por uma paragem de autocarro que, na opinião geral, fazia falta, contudo não tinha sido feita. O poste existente o centro da paragem iria ser retirado para que o autocarro pudesse efetuar a subida e descida de passageiros. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara continuou a apresentação com mais algumas intervenções que tinham vindo a executar, sendo uma o atravessamento pedonal da passagem de nível da Porta Nova, que tinha sido intervencionado embora tivessem tido alguns constrangimentos com a REFER - Rede Ferroviária Nacional, que tinham sido ultrapassados tendo conseguido criar uma solução de atravessamento mais seguro. Para as bicicletas tinham colocado sinalização vertical abundante porque não tinha sido permitido pela REFER que rebaixassem o carril ou subissem a estrada. A passagem de nível não estava totalmente terminada pois faltava uma semaforização de peões que cabia à REFER efetuar a ligação. \_\_\_\_\_

----Informou ainda que estavam a efetuar cerca de cento e setenta ossários no Cemitério de

Tavira que estava a ficar demasiado cheio, pelo que, tinha sido erguida uma parede e já se encontravam em construção, cuja obra iria custar cerca de cem mil euros. \_\_\_\_\_

----Mencionava ainda a obra efetuada num edifício Municipal, o Centro Coordenador de Transportes, que carecia de impermeabilização urgente pois chovia bastante lá dentro. Assim, tinham tido que proceder à impermeabilização de todo o teto, o que tinha custado mais de vinte mil euros, mas tratava-se de um edifício Municipal, onde chovia dentro e onde, nomeadamente, a APTAV – Associação de Armadores e Pescadores de Tavira tinha a sua sede. Aproveitava ainda, para informar que a futura sede do Núcleo Sportinguista de Tavira também iria ficar ali instalada, bem como, a futura sede da Rádio Horizonte que seria no primeiro andar e a quem queriam proporcionar condições de trabalho. \_\_\_\_\_

----Continuando no tema das obras, o Presidente da Câmara indicou uma obra que já estava em concurso e que brevemente seria adjudicada. Tratava-se do Parque Verde do Séqua cuja intervenção se situava entre a Escola Fixa de Trânsito e a Rua Borda D'Água da Asseca e que era uma empreitada de um valor aproximado de oitocentos mil euros mas que estava convicto que ainda a iriam conseguir por um preço mais baixo. Pensava que quando tinha sido feita a intervenção da outra margem também aquela podia ter sido executada, contudo não tinha sido feita não percebendo exatamente por que razão. Apesar das dificuldades que atravessavam iam completar a malha, o parque de estacionamento, pois como muitas vezes tinha dito naquela Assembleia, era importante haverem lugares alternativos de estacionamento, pelo que, iriam requalificar aquele espaço. \_\_\_\_\_

----Apresentava ainda, a obra da Igreja das Ondas, cuja repartição de encargos fazia parte de um dos pontos da Ordem de Trabalhos daquela Assembleia. O concurso já estava concluído, já havia uma empresa ganhadora, que estava selecionada e para que pudessem assinar o contrato tinham que ter a repartição de encargos aprovada. A obra tinha sido adjudicada por um valor de cerca de duzentos mil euros inferior ao previsto, trezentos e cinquenta e quatro mil euros e o contrato seria enviado para visto de Tribunal de Contas. Disse que esperavam que tudo corresse normalmente e se o Tribunal de Contas concedesse o visto como esperavam, calculava que no próximo mês de Janeiro todo o processo estaria concluído para iniciar a empreitada da recuperação da Igreja. \_\_\_\_\_

----Referiu que em procedimento estava a obra do Heliporto de Cachopo que não era visível pois ficava em Cachopo, mas consideravam-na uma obra estratégica para o Município e para o Sotavento Algarvio. Tratava-se de executar um Quartel de Bombeiros, o Heliporto, para o GIPS

– Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro se instalar em permanência. A obra era financiada a sessenta por cento por fundos comunitários e seria uma estrutura permanente, contudo, como não se localizava no centro da cidade, para muitos não existia, não deixando o Executivo de a considerar importante. O valor de lançamento do concurso tinha sido de setecentos e cinco mil euros. \_\_\_\_\_

----Para concluir, disse que tinham obras a decorrer no valor de cerca de quatro milhões de euros. \_\_\_\_\_

----O trigésimo segundo diapositivo continha mais duas obras em procedimento que, seguramente, iriam decorrer até ao final do corrente ano. Referia-se à pavimentação de duas ruas inteiras que tinham alguns buracos e que iam seleccionando para que desse modo pudessem ir pavimentando aos poucos, pois teriam que o fazer por fases. A primeira fase seria a pavimentação de toda a Rua Almirante Cândido dos Reis, desde a Igreja do Livramento ao Jardim da Alagoa e a Rua Silvestre Falcão, desde a entrada do Tribunal às escadinhas que tinha mostrado anteriormente, para o que o concurso estava elaborado, havendo valores, sendo o seu custo de cerca de quarenta e nove mil euros. A rua em frente ao Tribunal estava muito escavacada, por isso, toda ela iria ser pavimentada com betuminoso normal que seria depois completada com outras ruas porque no atual momento não tinham forma, nem verba, nem meios para fazer tudo. Porém, estavam a preparar um procedimento maior para poderem englobar um número significativo de ruas de Tavira que também careciam de uma intervenção em termos de betuminoso. \_\_\_\_\_

----Mostrou ainda, a empreitada de encerramento das caixas de escada dos fogos do CDH – Contrato de Desenvolvimento para Habitação para venderem. Com as caixas abertas chovia na escada e para evitar que as pessoas apanhassem chuva, teriam que efetuar ali uma intervenção, que também não tinham pedido mas tinha que ser efetuada pois tratava-se de Habitação Social. \_\_\_\_\_

----Passando aos protocolos, tinham sido três meses de atividade que não tinham sido fáceis mas onde tinham celebrado todos os protocolos constantes no diapositivo. O protocolo com o Turismo de Portugal - Algarve, Agrupamentos Verticais, ASMAL - Associação de Saúde Mental do Algarve, Exército Português que se referia ao recrutamento militar voluntário, cujas informações seriam prestadas pelos serviços da Câmara na Loja do Cidadão, o Passaporte do Mar e o da Culturgest, cuja exposição abriria no próximo dia um de Outubro. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que tinha sido aquele o resultado de três meses de atividade. \_\_\_\_\_



---O Presidente da Assembleia agradeceu e perguntou se algum dos presentes se pretendia pronunciar sobre a intervenção do Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta disse que apenas queria fazer duas observações muito curtas. Referindo que o dizia com alguma ironia, tinha reparado que o Presidente da Câmara mencionara que iria ser removido o poste de eletricidade em frente à escola, na antiga estrada das Paredinhas. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara esclareceu que o poste se encontrava presentemente num local de estacionamento de carros. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta disse que o que ia ali registar e dar uma recomendação seguindo a linha do que ali tinha surgido era que havia um tavirense que reclamava um poste de eletricidade para a rotunda, por isso sugeria que se levasse o poste que ia ser retirado, para esse local. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao Parque Verde do Séqua disse que possivelmente não tinha sido feito porque, na altura em que o Engenheiro Macário tinha mandado fazer as obras naquele local, tinham havido ilustres Deputados do PS, que inclusivamente tinham apresentado no Ministério Público, queixas crime quanto ao parque da Escola Fixa de Trânsito porque se encontrava num nível muito baixo e se acontecesse uma cheia iria arruinar tudo pondo em risco a vida das crianças que o frequentassem. Todavia, presentemente a prática dizia que funcionava sem problemas. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro José Alberto Correia. \_\_\_\_\_

---O Membro José Alberto referiu que apenas gostava de perguntar ao Presidente da Câmara, quantos lugares de estacionamento é que estavam previstos para o local e que esperava que fossem gratuitos de modo a promoverem a mobilidade e para bem da cidade. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara informou que estavam previstos cerca de duzentos lugares de estacionamento e que em princípio iriam ser gratuitos. \_\_\_\_\_

---O Membro José Alberto acrescentou ainda que gostava de chamar à atenção para uma rua que necessitava urgentemente de arranjo. Tratava-se da rua que passava pela Junta de Freguesia de Santa Maria, a do Bairro Jara, contudo calculava que naturalmente estaria pensada para uma ocasião mais conveniente. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que a zona mais problemática era a do lance antes de chegar à Junta de Freguesia. \_\_\_\_\_

---O Membro José Alberto ainda referiu que aquela rua estava muito desnivelada o que

forçava os carros a circularem mais devagar que não sendo mau, não gostava de ver a rua naquelas condições. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara passou a palavra ao Membro Filipe Lopes. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes começou por felicitar a Câmara Municipal pelas obras concluídas e em curso. Quanto às obras em curso gostava especialmente de referir o Centro Coordenador de Transportes cuja situação tinha sido ali apresentada, mas que ele tinha focado como estando num estado deplorável, nomeadamente, as casas de banho que, atualmente já estavam arranjadas, tendo apenas uma pintura a dizer que “o Macário é um ladrão”, que poderia desaparecer na altura das pinturas, não sendo o mais importante. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que apenas gostava de manifestar algumas dúvidas quanto à requalificação do entroncamento da Rua Francisco Sá Carneiro com a Rua Luís de Camões, que para quem não sabia, era o local da sua residência. Era um fato que atualmente tinha, ou ia ter, uma paragem de autocarro, porém essa paragem ia ser colocada um pouco ao lado, o que lhe dava a sensação que poderia ter sido executada sem ser efetuada a requalificação da rotunda, mas evidentemente, não era técnico. Por outro lado, a rua principal, quando ainda estava o triângulo no local, era a Rua Luís de Camões, pelo que, perguntava como ia ficar presentemente, se a Rua Francisco Sá Carneiro iria passar a ter a mesma importância ou não. Não sabia, mas esperava que quando a obra ficasse pronta funcionasse bem e que fosse até melhor, todavia, gostava de manifestar ali a sua dúvida para memória futura. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que apenas podia referir que o projeto tinha sido elaborado por arquitetos, por isso iriam ter oportunidade de verificar a sua qualidade. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Paulo Silva. \_\_\_\_\_

----O Membro Paulo Silva disse que apenas queria levantar duas questões. A primeira estava relacionada com a conservação e restauro da Igreja das Ondas. Por um lado e, julgando saber que tal iria acontecer, tratava-se de um investimento significativo para a Câmara, pelo que, ficavam com a ideia que iria ter alguma rentabilização, pois não seria para que Igreja ficasse fechada já que não era habitual acontecer culto naquela Igreja. Assim, pensava que deveria ser integrada no circuito de Igrejas abertas que podiam ser visitadas. Também não era habitual acontecerem exposições ou outras atividades culturais naquela Igreja, pelo que, pensava que para além de integrar o circuito de Igrejas deveria ser pensado algo mais para aquela que era, de fato, muito bonita e que com a recuperação o seu valor seria melhor entendido e apreciado pelos visitantes. Concluiu dizendo que apenas queria deixar aquela nota, no sentido de ser

possível apreciar a obra artística e o valor acrescido da Igreja. \_\_\_\_\_

----O outro assunto que queria expor relacionava-se com a candidatura de Tavira à Dieta Mediterrânica enquanto Património Imaterial da UNESCO. Sabia que entre os dias quinze e dezanove de Novembro do ano de dois mil e dez, a Espanha, a Grécia, a Itália e Marrocos tinha participado na candidatura da Dieta Mediterrânica que tinha sido nomeada pelo Património Imaterial da UNESCO. Pensava que a ideia do Município era de integrar essa candidatura, contudo a nomeação já tinha sido aceite como Património Imaterial da UNESCO, sendo Soria representante de Espanha, Koroni da Grécia, Cilento de Itália e Chefchaouen de Marrocos. Assim, pensava estar correto na avaliação pois não se tratava de uma candidatura naturalmente autónoma mas uma candidatura que iria integrar aquela nomeação ou distinção que já tinha citado e que já tinha sido aprovada em Novembro do ano de dois mil e dez. \_\_\_\_\_

----Relativamente aos assuntos expostos, o Presidente da Câmara disse que ia prestar um esclarecimento. Quanto à Igreja, cujo imóvel tinha dois elementos, a Igreja e o Edifício do Compromisso Marítimo, seriam ambos alvos de intervenções distintas. A Igreja era um elemento muitíssimo importante pois albergava São Pedro Gonçalves Telmo, patrono dos mareantes, e a casa de pescadores que tinha um buraco no teto. Estavam situados na zona nobre da cidade e para os crentes, era um dos principais templos da cidade. Eram essas as razões que uma vez requalificados, se tornariam em património reabilitado cuja parte histórica ligada à Igreja era muito importante e que certamente, se não tivesse culto, iria estar aberta ao público. Tavira era a cidade das Igrejas fechadas mas desde há dois anos, tendo o corrente, sido o segundo, felizmente que durante o Verão, tinha sido permitido, com a colaboração dos miúdos da escola ativa, férias ativas, abri-las, cujo projeto iriam manter. Assim, a ideia era a de manter a Igreja aberta, possibilitar a visita com a informação de excertos da sua história, pois considerava isso fundamental. \_\_\_\_\_

----Após as subseqüentes intervenções, iriam verificar se a Igreja se destinaria ao culto religioso ou não, porque seguramente, fariam com a paróquia para a abençoar de forma a poder estar disponível para o culto. \_\_\_\_\_

----Em relação à candidatura, considerava que não existia mal algum em terem aproveitado uma candidatura já existente e que era pena que Portugal e os outros países tivessem desperdiçado a oportunidade de se juntar às quatro cidades que já tinham o distintivo de Património Imaterial. Tinha sido proposto a Portugal, noutra contexto e com outro Ministro, serem os fundadores, o que não tinham feito, pois o repertório inicial tinha sido elaborado para

aquelas quatro cidades. O fado tinha entrado como Património Imaterial e a Dieta Mediterrânica para Tavira era importante. Contudo, o que era fundamental é que de todas as cidades portuguesas e ainda, de todas as cidades com influência mediterrânica, o Governo Português, a Sociedade Portuguesa de Cardiologia, o Ministério da Saúde e o Ministério dos Negócios Estrangeiros tivessem subscrito uma declaração, uma carta conjunta entre a Ministra da Cultura e o Ministro da Agricultura de então, dirigida à congénere espanhola, referindo o interesse de Portugal em integrar a candidatura ao Património Imaterial porque o próprio protocolo de aprovação, como os presentes sabiam, a Convenção de Paris, a UNESCO funcionava em Paris, e o regulamento de adesão permitia que outras cidades com as características necessárias pudessem aderir e Portugal tinha aceite o repto. Os Ministros portugueses tinham enviado uma carta ao homónimo espanhol a participar que Portugal tinha decidido escolher Tavira, com um conjunto de parceiros, que tinham estado presentes na conferência internacional, no passado dia seis de Maio, realizada pelo Município de Tavira, onde também tinha estado presente o Engenheiro Macário na qualidade de Presidente da AMAL e o Ministro da Agricultura que tinha dito que Tavira era a terra que tinha sido escolhida e na sua opinião, bem escolhida. \_\_\_\_\_

----A Câmara e a CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional tinham continuado a trabalhar, tinham vindo a fazer a recolha dos elementos que eram bons e importantes para a candidatura. Todavia, atualmente a candidatura encontrava-se numa situação de impasse resultante da mudança de Governo. Tinha escrito uma carta à Ministra Assunção Cristas e, na prática, ela tinha que se pronunciar no sentido de confirmar ou não a disponibilidade do Governo português para continuar com a candidatura. Porém, esta não era uma situação semelhante ao porto de pesca pois existia um limite temporal para a apresentação da candidatura, que tinha que dar entrada em Paris, na sede da UNESCO, até ao dia trinta e um de Dezembro do corrente ano. Os resultados seriam avaliados e conhecidos no mês de Março do ano de dois mil e doze. \_\_\_\_\_

----O Presidente reafirmou que tinha escrito uma carta à Ministra e ao Secretário de Estado da Cultura a solicitar para que fosse recebido pois era importante que formalizassem e prosseguissem os trabalhos. O Presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia reconhecia, dois dias antes, no Jornal O Público, que a candidatura corria o risco de se perder, o que era mau, pois tratava-se de algo importantíssimo para Portugal. Quando da publicação da notícia, tinha sido rodeado por jornalistas que pretendiam obter declarações, o que não tinha feito, por

considerar que quando alguma coisa não saía bem, corriam de imediato à procura da notícia. Acrescentou que se quisesse ser muito conhecido bastava aproveitar todos os jornalistas que o abordavam a perguntar o que tinha a dizer sobre o atual Governo, entre outras coisas. Até à presente data não tinha feito qualquer comentário. Para concluir o assunto Dieta Mediterrânica disse que, no atual momento, o processo apesar de continuarem a trabalhar nele encontrava-se a aguardar uma definição política. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu e perguntou aos presentes se ainda se queriam pronunciar sobre o primeiro ponto, o que, não acontecendo, informou que passariam à frente. O ponto número dois referia-se à apreciação do relatório de contas do primeiro semestre e, passava a palavra ao Presidente da Câmara para que explicasse. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara referiu que aquele era um compromisso do qual não pretendiam escapar, o de apresentar as contas semestrais do Município para apreciação da Assembleia Municipal. Tinham feito disso prática e também não queriam fugir a essa responsabilidade para que os Autarcas, Deputados Municipais e Presidentes de Junta, ficassem a saber do andamento das contas do Município. O relatório que apresentavam reportava-se a trinta de Junho e podia dizer que as condições nele constantes já se tinham agravado em determinados pressupostos, nomeadamente, na redução substancial das transferências de IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, que em vez de estarem a descer quarenta e oito vírgula noventa e cinco por cento, como constava na página sete do relatório, já se encontravam setenta e seis por cento abaixo, se comparadas com os valores homólogos do ano transato. Em valor, era o equivalente a dois milhões e sete mil euros a menos naquela componente de receita própria do Município, o que se iria refletir no orçamento cujo budget era de quarenta e cinco milhões e seiscentos mil euros, sendo o real da receita de cerca de vinte e nove milhões de euros. \_\_\_\_\_

---Liminarmente, o que pretendia transmitir era que no relatório constava um conjunto de indicadores que certamente os Membros estudariam, estando ele e a Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Ana Paula, disponíveis para qualquer questão que pretendessem colocar. Contudo, a conclusão era que naquele primeiro semestre, a receita tinha descido quinze por cento em relação ao período homólogo, conforme descrito na página quatro, quadro “T” dois. A despesa tinha descido quinze vírgula dezoito por cento, sendo certo, que a receita corrente também tinha descido, dezasseis vírgula setenta e sete por cento. Não tinham conseguido ainda acompanhar com a despesa corrente, que apenas tinha descido cinco vírgula

quarenta e sete por cento. Daqueles dados concluíam-se que estavam a gastar em gestão do Município mais do que deviam, condição que teriam que alterar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse ainda que, nas conclusões do relatório constantes na página vinte e cinco, podia ler-se, no ponto três, que se verificava um decréscimo de quinze virgula dezoito por cento na despesa realizada, o que equivalia a dois milhões e seiscentos mil euros resultantes, essencialmente, da forte diminuição da despesa de capital, com menos trinta por cento, sendo necessário efetuarem um esforço suplementar para a redução das despesas correntes do Município a fim de cumprirem o princípio do equilíbrio orçamental do final do ano, que era vital, porque se passassem o ano em desequilíbrio orçamental o Estado cortaria nas transferências correntes normais o mesmo valor em que fosse ultrapassado o equilíbrio, o que significava que a transferência iria sofrer um elevado corte relacionado com o valor que tinha sido gasto. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara informou que há dois dias atrás tinha feito sair um despacho no cumprimento do ponto número três onde, de alguma forma, centralizava toda a assunção de nova despesa. Naquela fase concreta, em relação ao compromisso de nova despesa corrente, este já não era repartido pelos três Vereadores, pois a parte do cabimento e a parte da assunção política das prioridades passaria toda por ele próprio como forma de centralizar a despesa. \_\_\_\_\_

----O relatório que apresentava também referia que se verificava uma redução de um virgula oitenta e cinco por cento nas despesas com pessoal, o que era algo importante, pois como podiam verificar, no ano transato as despesas com os vinte e seis professores contratados para as AEC's não tinham sido contabilizadas como despesas com pessoal por se encontrarem em regime de prestação de serviço, tendo, no ano corrente, aumentado para trinta e quatro. Por isso, tinham tido que assumir a despesa com os professores contratados mas esta não se refletia nas despesas com pessoal. \_\_\_\_\_

----Havia assim a redução de um valor substancial de despesas com pessoal que não se relacionava relacionada com despesas de vencimentos, porque não se tinham verificado quaisquer despedimentos, mas com as restrições aos POC, às horas extraordinárias, às ajudas de custo e a mais um conjunto de elementos que integravam a componente fixa das despesas com pessoal fazendo com que fosse a menor possível. \_\_\_\_\_

----Continuou referindo que o prazo médio de pagamento a fornecedores tinha passado, no primeiro semestre, de cento e vinte e dois para cento e sessenta dias, todavia também queria

dizer que tal era normal em função das amortizações do Município de Tavira. Tinham herdado vinte e quatro milhões de euros e dos dezanove milhões de euros que a Câmara Municipal de Tavira tinha, resultavam das amortizações dos empréstimos e dos compromissos a médio e longo prazo, incluindo o empréstimo dos quatro milhões e oitocentos mil euros contraído, a seis meses das eleições para pagar pavimentações à Empet tendo o pagamento sido realizado no primeiro semestre. Em conclusão referia que existia uma fortíssima componente de compromissos que fazia, invariavelmente, resvalar as despesas de pagamento a fornecedores porque tinham que pagar aos bancos para não entrarem em incumprimento. \_\_\_\_\_

----Acrescentou ainda, que a despesa de longo prazo, a dívida total, em conformidade com os dados até Julho solicitados pela Assembleia Intermunicipal do Algarve e que eram públicos, dos trezentos milhões de curto prazo acrescidos dos trezentos milhões de longo prazo que as Câmaras deviam e que tinham sido assumidos pela AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve acrescidos das dívidas das Empresas Municipais, desses seiscentos milhões, à Câmara Municipal de Tavira correspondiam três milhões e setecentos mil euros de curto prazo e dezanove milhões e quinhentos mil de médio e longo prazo, num total de cerca de vinte e três milhões de euros. \_\_\_\_\_

----A partir de Junho, Julho, tinha-se verificado uma quebra acentuada das receitas ordinárias do Município, uma quebra de receitas próprias. Referia-se ao IMT, Imposto Único de Circulação, Taxas ligadas ao Licenciamento de prédios e loteamentos urbanos, que tinham diminuído na expressão de setenta por cento, somando mais de três milhões e quinhentos mil euros até ao passado mês de Agosto. \_\_\_\_\_

----Explicado que estava o prazo médio, disse que relativamente aos números apresentados no relatório, não tinham cumprido as regras do endividamento líquido porque, como todos sabiam, a TaviraVerde vendia água mas apenas recuperava o equilíbrio no mês de Agosto, porque até essa data, nos meses de chuva, a TaviraVerde tinha sempre prejuízo. Era um problema resultante da dimensão da empresa porque tendo muitos funcionários e vinte e três mil contadores, o ponto de equilíbrio da empresa era muitíssimo complicado. Como era do conhecimento geral, tinham efetuado alterações ao tarifário, nomeadamente, baixando todas as tarifas fixas e sociais, aumentado nos Cafés, nos Restaurantes e no tarifário da Câmara. As tarifas fixas tinham baixado para todos e, presentemente, estavam a trabalhar pontualmente, nas tarifas dos Cabeleireiros, tendo criado uma medida específica pois estes tinham deixado de pagar lixo a partir dos cinquenta metros cúbicos de água. Porém existiam ainda medidas

pontuais a acertar. \_\_\_\_\_

----Para terminar, disse que como um colega seu, Presidente da Câmara, que até tinha sido seu antecessor no cargo, tinha dito a um jornal, os tempos estavam particularmente difíceis e que talvez nunca tivesse sido tão difícil ser Presidente da Câmara, e era isso que se refletia no relatório. A Câmara tinha-se debatido com enormes quebras de investimento, pelo que, nomeadamente no segundo semestre, veriam o que surgiria, porém não estavam à espera do prejuízo e estavam a proceder de forma a que as rubricas pudessem estar consolidadas no primeiro semestre, nomeadamente, a componente da despesa corrente. Para cumprir o objetivo tinham diminuído o valor das transferências para as Freguesias, contudo não tinham cortado nas transferências para os Clubes e Associação que tinham, forçosamente, menor expressão. Tinha tentado não perder o trabalho que era executado por muitos que se dedicavam ao movimento associativo, a quem tinham tentado dar apoio, mesmo com alguns atrasos resultantes das questões referidas no relatório. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que, estavam a tentar fazer alguns investimentos que se vissem e que fossem relevantes para a população, projetos tinham muitos, mas tinham que analisar como a atividade económica iria resistir. Ao Jornal Correia da Manhã, o Ministro das Finanças tinha dito que o pior estava por vir e que o ano de dois mil e doze ia ser muito duro. Entretanto, o Ministro José Relvas já tinha dito que o Ministro das Finanças não pretendia dizer exatamente aquilo e que tinha tido um excesso de franqueza. \_\_\_\_\_

----Para concluir, o Presidente da Câmara disse que o certo era que a Assembleia era um Órgão político que avaliava dados e a quem o Executivo prestava contas, que gostava de prestar, mas queriam que acreditassem que a atividade Municipal atual, em qualquer local, não estava propriamente fácil porque as dificuldades das famílias eram imensas e tinham que acudir a muitas situações, muitas delas de carência de bens essenciais. Essa era a situação com que eram constantemente confrontados e que afetava todos, não só a classe mais pobre, mas todos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradecendo, perguntou se alguém queria intervir em relação ao relatório apresentado e, passou a palavra ao Membro Brandão Pires. \_\_\_\_\_

----O Membro Brandão Pires disse que apenas queria efetuar uma intervenção muito curta para saudar a Câmara Municipal por aquele procedimento que não era muito habitual, até por parte de outras Câmaras, a apresentação de um relatório de contas a meio do ano, um relatório semestral, porque ainda havia tempo para o corrigir. O objetivo do relatório era precisamente o



de possibilitar a correção de alguns aspetos que se estivessem a desviar, tal como constava na introdução do mesmo. Todavia considerava importante a sua apresentação naquela Assembleia que era o Órgão fiscalizador da ação do Executivo e portanto pensava que era muito útil aquele tipo de documentos. \_\_\_\_\_

----Para além do exposto, acrescentou que considerava que aquele documento era de grande honestidade não tendo nada escondido, podendo até servir de arma de arremesso contra a Câmara, pelo rigor dos números que apresentava e era àquilo que se chamava transparência. Haviam ali alguns aspetos preocupantes que o Presidente tinha acabado de referir e estavam todos muito clarificados. Os prazos de dívidas a terceiros tinham aumentado, tinha-se verificado a diminuição de despesas, mais de capital que correntes, o que era um aspeto preocupante que havia que corrigir, contudo estavam bem expressos e explícitos no relatório e, portanto, a sua intervenção era no sentido de louvor. Considerava que havia uma nova geração de políticos, também ao nível das Câmaras, que optava pela clareza, pela transparência e, pensava que aquele tipo de exercícios eram muito proveitosos. Sendo aquela a sua área de formação considerava o relatório muito bem elaborado e útil para os Deputados Municipais. \_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se haveria mais alguma questão, que não se verificando, passou ao ponto número três com a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 217/2011/CM, referente ao Transporte Escolar Público – Repartição de Encargos – EVA Transportes. Perguntou ao Presidente da Câmara que queria pronunciar-se. \_\_\_

----O Presidente da Câmara disse apenas que se referia ao transporte escolar. \_\_\_\_\_

----Verificando que nenhum dos presentes pretendia dizer algo sobre o ponto em apreço, o Presidente da Assembleia colocou-o a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----Passando ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 224/2011/CM, referente à Determinação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis e IRS, cedeu a palavra ao Presidente da Câmara para que explicasse. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara pediu autorização para explicar os pontos número quatro e cinco conjuntamente, o que foi concedido. \_\_\_\_\_

----Informou que há cerca de dois meses a AMAL tinha efetuado uma recomendação aos Municípios para que, face à quebra de receitas generalizadas, fossem aplicadas as taxas máximas em todos os coeficientes, incluindo a derrama, porque as quebras, nomeadamente, nas transferências, eram muito acentuada. Assim, o que ali apresentavam tinha como finalidade manterem o que já tinham há vários anos e simultaneamente irem ao encontro de

um compromisso que tinham assumido. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao ponto número quatro, a proposta do Imposto Municipal de Imóveis e o IRS propunham que fossem taxadas à taxa máxima de zero vírgula quatro por cento para prédios avaliados e zero vírgula sete por cento para prédios urbanos e, para o IRS a cinco por cento, que também correspondiam à taxa máxima. Daquele modo seguiam a recomendação efetuada a todos os Municípios do Algarve para fazer face à quebra das receitas e também a prática do Município de Tavira, pois ao longo da atual gestão, as taxas tinham sido sempre arvoradas pelo máximo. \_\_\_\_\_

----Quanto ao ponto número de cinco, apesar da quebra de receitas, propunham, mais uma vez, a quebra da taxa de derrama. No ano de dois mil e nove, quando tinham chegado à Câmara, a taxa de derrama era de um vírgula cinco por cento. Todos sabiam que a taxa de derrama era o imposto aplicado especificamente sobre os lucros das empresas sedeadas no Concelho. Tinha assumido o compromisso de acabar com aquela taxa porque entendiam que tal medida constituía um incentivo Municipal à instalação de empresas no Concelho de Tavira, pagando desse modo os respetivos impostos e criando atividade. Pensavam que para além do compromisso assumido era uma questão importante, mas não podiam suprimi-la toda de uma só vez porque em dois mil e nove constituía uma receita significativa, quatrocentos e noventa e três mil euros, que progressivamente tinham vindo a prescindir. No ano transato, o valor já tinha sido de cerca de duzentos mil euros e no corrente ano iria ser muito menor. Atualmente as empresas estavam a apresentar lucros muito baixos, apenas com algumas raras exceções, mas de qualquer modo, entendiam que a taxa não devia ser aplicadas, pelo que, ficariam muito próximos do zero. Assim, a proposta era para que a taxa passasse para zero, vírgula cinco por cento, desagravando em três exercícios, um ponto percentual, pois entendiam que também era um incentivo para que as empresas se instalassem em Tavira seguindo assim o movimento contrário a alguns Municípios. \_\_\_\_\_

----No Algarve, o Município de Silves, não aplicava a taxa da derrama e a Presidente da Câmara tinha-lhe dito que não tinha intenção de a aplicar. Entendiam que era um incentivo para que as empresas pudessem domiciliar-se no Concelho, se recebessem alguns incentivos nacionais ou decidissem investir. De uma coisa tinham a certeza, tinham um Parque Industrial para ocupar, que estava acabado, a obra tinha terminado entre Março e Abril com a primeira parte dos lotes já colocados tendo que, para liquidar as dívidas da sua construção, conseguir fidelizar empresas, por isso, se conseguissem um pacote atrativo cuja localização não fosse o mais

importante mas as suas condições, poderiam conseguir domiciliar lá empresas, constituindo realmente um Parque Industrial. Tinham um parque empresarial, um da Empet outro da Câmara porque a Câmara tinha recomprado o parque empresarial, num negócio de três milhões de euros, já conhecido. \_\_\_\_\_

----Salientou que tinham aplicado as taxas máximas onde consideravam que tinham que as assumir, tanto mais que os prédios iriam ser reavaliados, sendo a reavaliação do cadastro uma realidade em Tavira. O anterior Ministro das Finanças tinha eleito Tavira como um dos três Concelhos onde ia ser efetuada a reavaliação das matrizes, e o atual Ministro das Finanças já tinha feito saber que a reavaliação ia ser feita a nível nacional. \_\_\_\_\_

----Para concluir disse que esperava terminar com a taxa da derrama no ano seguinte, passando a ser de rigorosamente zero, contudo aquele era o caminho de desmame daquela receita Municipal que era uma receita importante, o que mais os responsabilizava em termos de poupança efetiva noutras vertentes, e esse era o caminho que estavam a seguir. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indagou se relativamente ao ponto número quatro alguém queria intervir, o que não se verificando, colocou a proposta sobre as Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis e IRS à votação. A proposta número 224/2011/CM, relativa ao ponto número quatro, foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passando ao ponto número cinco sobre apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 225/2011/CM, referente à determinação da Taxa da Derrama, como os Membros tinham ouvido seria para fixar o seu valor em zero vírgula cinco por cento. Perguntou se alguém queria intervir e, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_

----Dando seguimento à Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia indicou o ponto número seis cuja proposta se referia a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 226/2011/CM, referente à correcção material ao Regulamento do Plano Diretor Municipal. Não sabia se o Presidente da Câmara queria explicar porque se tratava apenas de uma correção ao texto. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador do Pelouro, Luís Nunes, para que explicasse a proposta. \_\_\_\_\_

----O Vereador Luís Nunes disse que se tratava de uma correção material como surgia na própria proposta. Pensava que todos tinham tido acesso ao texto e à alteração proposta, e o que propunham para alteração resultava do texto de um documento do PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território que deveria constar em PDM, encontrando-se outro texto. Na

altura, ninguém tinha verificado o lapso tendo-se chegado à conclusão que havia esse desajustamento, pelo que, pretendiam colocar o texto uniforme quer num lado quer noutro. \_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra à Membro Elisabete Rocha. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha referiu que apenas queria perguntar se àquela alteração estava subjacente algum objetivo importante. \_\_\_\_\_

----O Vereador Luís Nunes respondeu que se tinham deparado com um caso que despoletara a conclusão de que para as Entidades Regionais o texto era um, sendo para a Câmara outro e mais restritivo, o que bloqueava a situação. Portanto, era a Câmara que estava desajustada em relação ao que deveria estar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia agradeceu e verificando que não haviam mais questões, colocou a proposta a votação. A proposta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Informou que o ponto número sete se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 230/2011/CM, referente ao Concurso público para o fornecimento de gás propano a granel para as Piscinas Municipais, Instalações Desportivas e Estabelecimentos Escolares – Repartição de encargos. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta disse que apenas gostava de perguntar se aquela questão não se resolveria com energia solar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que não resolveria tudo. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta disse que se referiam a uma despesa de trezentos mil euros. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara explicou que naquele valor também estavam incluídas as refeições escolares, as escolas e o aquecimento das áreas de estudo. Porém, havia ainda um fato importante, e que era de o procedimento não ser efetuado em várias parcelas que, certamente, agravaria o preço. O que estavam a fazer era um concurso grande para tentarem obter alguma economia de escala. O mais fácil era mandarem vir e depois ir pagando mas estavam a fazer o mais difícil pois pretendiam efetuar um concurso. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia indicou que ia colocar em votação o ponto número sete, que foi aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

----O ponto número oito, a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 232/2011/CM, referente ao E40/11/CP – Empreitada da Ampliação da Escola Básica 1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo – Repartição de encargos. Perguntou ao Presidente da Câmara se queria dizer alguma coisa sobre o assunto. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que relativamente ao assunto apenas explicaria o processo.

Aquele processo tinha tido várias nuances tendo passado por dois Ministros de Agricultura. Referia-se a seis a nove escolas do Algarve que tinham sido tratadas ao nível da AMAL. O Ministro do anterior Executivo, em determinada altura, tinha aprovado o processo, verificando-se que na redação do regulamento PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural não havia possibilidade de apresentar candidaturas para aquele tipo de equipamentos. \_\_\_\_\_

Com a intervenção da AMAL, a situação tinha sido corrigida pelo Ministro António Serrano que tinha interpretado bem a política regional, tendo sido possível a validação das candidaturas para as escolas em meios rurais, que eram autênticos centros escolares, sendo no caso, para a Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo. \_\_\_\_\_

---O Concelho de Tavira, ao estar contemplado naquele programa, deixava duas opções ao Executivo. Ou não executavam por falta de verba disponível ou faziam um esforço para que, tratando-se de obras financiadas a setenta e cinco por cento, sendo certo era que primeiro tinham que pagar a obra e só depois receberiam o montante financiado. Mesmo assim, tinham decidido avançar para mais um investimento em Santa Catarina que iria ser um investimento absolutamente essencial, mesmo na sede da Freguesia e estava convicto que o equipamento iriam fazer com que as famílias também percebessem que tinham algumas condições em Santa Catarina para lá terem as suas crianças, por lá terem um centro, cuja a obra seria semelhante a um centro de convívio, mesmo localizada na sua zona central e que, ainda reabilitaria algumas casa degradadas e já destelhadas que se encontrava, no quarteirão junto à Igreja. \_\_\_\_\_

---Em conclusão, disse que se tratava de um valor substancial, mas um valor substancial que entendiam que fazia toda a diferença, pelo que valia a pena fazer mais aquele esforço para lá chegar. Tinham que cortar nalgum lado mas a obra ir-se-ia fazer, por isso, o que estavam ali a propor era a repartição de encargos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu e passou a palavra ao Membro Leonardo Martins. \_\_\_\_

---O Membro Leonardo Martins disse que gostava de enaltecer a Câmara Municipal e a vontade da mesma em levar aquela obra para a Freguesia de Santa Catarina. A escola era bem necessária e, quando naquele mesmo dia corria o boato na aldeia que a Escola de Santa Catarina iria fechar porque não ultrapassava os quarenta alunos, era bastante importante. \_\_\_\_\_

---Acrescentou ainda que sendo apenas no ano de dois mil e doze que iriam ter algo palpável, porque dos seis mil e cem euros previstos para o corrente ano, certamente nada se veria, gostava de obter do Presidente informação relativa ao andamento do concurso. \_\_\_\_\_

---O Presidente informou que para poderem lançar o procedimento necessitavam da

aprovação da repartição de encargos. Faltava modelarem a verba, na Assembleia Municipal, para comprometer a repartição de encargos, que na prática, era comprometer o orçamento do presente ano com a verba de seis mil e cem euros, e os anos subsequentes com as respectivas verbas. Quando apresentassem o orçamento para o ano de dois mil e doze, neste estaria contemplado o valor para a escola correspondente a esse ano. Seguramente, até ao final do corrente ano, o concurso estaria lançado em plataforma. Como informação adicional, a candidatura tinha o prazo de seis meses para apresentar execução. \_\_\_\_\_

----O Membro Leonardo Martins reiterou os agradecimentos ao Executivo pela obra que ia ser executada e aproveitava para referir que aquela seria a verba que tinha sobrado da estrada de Alcaria Fria, pelo que, a Junta ainda ficaria com alguma verba a haver. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha mencionou que apenas queria perguntar, quanto ao prazo da obra, pois considerava-o demasiado longo, setecentos dias, para o valor da empreitada. Tinha considerado estranhíssimo e, não percebia, porque lhe parecia quase irreal que uma obra daquele tamanho levasse setecentos dias a executar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que não conseguia explicar, contudo não se tratava de uma obra assim tão pequena. \_\_\_\_\_

----A Membro Elisabete Rocha disse que era realmente grande para a aldeia, porém, tendo em conta o seu valor, perto de dois anos para a execução, pareciam-lhe exagerados. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara reforçou que não conseguia explicar mas, seguramente, apesar do prazo ser de setecentos e vinte dias, se conseguissem terminar antes, seria melhor para as empresas envolvidas. Presentemente, as empresas tinham muito pouco ou nenhum trabalho, pelo que, a Membro Elisabete iria verificar que o andamento da obra seria muito mais rápido do que se podia pensar. O prazo tinha sido um fator diferenciador e pensava que este também valorizava a proposta. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia percebendo que não havia mais intervenções relativamente àquela proposta, colocou-a a votação. \_\_\_\_\_

----A proposta foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passou aos pontos que tinham sido aditados à Ordem de Trabalhos. O ponto número nove, o primeiro ponto aditado, que estava relacionado com a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 242/11/CM, referente ao Contrato de Gestão para a Manutenção de Espaços Verdes Públicos do Concelho de Tavira – Outubro de 2011, sobre o qual perguntou ao Presidente da Câmara se queria explicar. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara respondendo afirmativamente, disse que aquele era um assunto verdadeiramente importante. Como os Membros sabiam, existia um contrato de gestão com a TaviraVerde que estava relacionado com a água que era consumida pela Câmara, com as praias para onde tinha sido celebrado um contrato autónomo e que valia duzentos mil euros por ano e, ainda, um contrato dos espaços verdes, que na prática, referia-se à limpeza e tratamento dos espaços verdes que a TaviraVerde era responsável. Era um contrato apenas para os espaços verdes, realizado entre a Câmara e a TaviraVerde e que valia, no atual momento, novecentos mil euros que a Câmara pagava, todos os meses, uma quantia substancial à TaviraVerde para tratamento dos espaços verdes e pela água para esses espaços. \_\_\_\_\_

---Outra questão, que certamente era do conhecimento de todos, era que as partes comuns de uma Urbanização tinham espaços verdes e, introduzindo os paisagistas, árvores de folha caduca e espaços verdes espetaculares, as contas da sua manutenção tornavam-se elevadíssimas, quando se usassem árvores autóctones seria muito mais barata e fácil a sua manutenção. \_\_\_\_\_

---A lei dizia que tinham que ter espaços verdes mas por altura da receção das obras, das estruturas comuns, quando estavam terminadas, a parte comum passava para a Câmara, o que queria dizer que as urbanizações, os loteamentos, os sítios iam crescendo na cidade e o tratamento dos verde ia passando para a Câmara. Desta situação resultava que, quanto mais a cidade crescesse mais a Câmara tinha que pagar relativamente aos espaços verdes. Da negociação atual, o contrato que era de novecentos mil euros anuais passava a um milhão e cinquenta e dois mil euros, o que, para que tivessem uma ideia do seu grau de importância, representava um, vinte e cinco avos, de toda a receita Municipal. Se crescessem àquela verba os duzentos mil euros que pagavam das praias e a verba do pagamento do consumo de água, a TaviraVerde recebia cerca de um, dezasseis avos de toda a verba Municipal. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara acrescentou ainda que, era evidente que quanto maior fosse a receita, menor seria a correspondente percentagem em avos, mas tinha feito o cálculo com base no orçamento real da receita do corrente ano, não a diferença entre o deve e o haver do balanço da Câmara em relação às receitas espectáveis, despesas espectáveis. \_\_\_\_\_

---O contrato de gestão dos espaços verdes tinha que ser remetido a Tribunal de Contas pois este teria que se pronunciar sobre a possibilidade da TaviraVerde poder ser contratada pela Câmara por ajuste direto, algo que vinha do contrato de gestão celebrado há cinco ou seis anos, sendo a pronuncia do Tribunal de Contas que o tornaria um ato regular. \_\_\_\_\_

---Quanto à adjudicação à TaviraVerde da gestão, limpeza das praias, o Tribunal de Contas já

tinha emitido parecer favorável aos seus termos, tendo visado o contrato. Como base naquele, iriam celebrar um novo contrato com a TaviraVerde que depois, da repartição de encargos ali apresentada e aprovada, seria celebrado com o pagamento da caução por parte da TaviraVerde e remetido a Tribunal de Contas para visto, que só depois de concedido, efetuariam o respetivo pagamento. \_\_\_\_\_

----Iriam deixar de ter contrato de verde com a TaviraVerde a partir do dia seis de Outubro, contudo não constituía um problema porque o trabalho estava assegurado, mantendo-se. Chamava ainda à atenção dos presentes para o fato do trabalho ter aumentado. Quando iniciaram o mandato, tinham constatado que existiam sete ou oito urbanizações que não se encontravam contempladas no contrato dos espaços verdes e que existiam urbanizações completas que estavam, pura e simplesmente, a secar. Tal era resultante de um sucedâneo da inexistência de integração dos novos espaços verdes no contrato com a TaviraVerde, pelo que, tinham procedido a essa atualização no novo contrato. \_\_\_\_\_

----Relativamente àquela questão, tinham realizado um acordo com a TaviraVerde no sentido de esta tratar desses espaços verdes até estar concretizado o novo contrato de gestão. Eles tratavam dos espaços verdes de todas as urbanizações novas não contempladas no contrato anterior, sem admitirem qualquer novo funcionário e a Câmara pagava a água da rega dos contadores que já se encontravam colocados em todos os locais, inclusivamente nas rotundas. Desta situação tinha resultado o aumento considerável da a conta da água, contudo tinham verificado o bom senso por parte da TaviraVerde ao perceber que os espaços não se podiam degradar. Quanto à Câmara, tinha-se verificado um problema de gestão, por a gestão anterior não ter acautelado a integração dos novos espaços no contrato, pois as urbanizações eram recebidas e não eram logo entregues, havendo a figura das “famosas” Associações de Condomínios ou Proprietários das urbanizações a quem, segundo as orientações do Executivo anterior, eram entregues as urbanizações para que delas tratassem, contudo, pensava que nenhuma delas tinha funcionado, porque apesar de previstas na lei, simplesmente não funcionavam. Nas urbanizações com aquelas características englobavam-se a Quinta da Foz, a Pegada, o Mato de Santo Espírito, e muitas outras. Citando como exemplo, disse que a urbanização Monte Verde estava integrada, porém havia um pomar de uma parte importante que não estava e que iria ser integrado no novo contrato, o que significaria o esforço de todos pois a Câmara iria ter que pagar. \_\_\_\_\_

----No que se referia à questão dos pagamentos, para os efetuarem, enquanto o espartilho



financeiro em que se encontravam não aliviasse, a Câmara teria que deixar de gastar por algum lado, pois aquela era uma obrigação que se refletia na qualidade de vida das pessoas que residiam e passeavam nos locais. Era por preocupações como aquela que Tavira recebia a ECO XXI, pois a mobilidade e qualidade de vida estavam acauteladas, pelo que, aquele era um assunto muitíssimo importante pois continha uma enorme responsabilidade. \_\_\_\_\_

----Para concluir, o Presidente da Câmara reforçou que o contrato em causa tinha que ser visado pelo Tribunal de Contas, o que esperavam que acontecesse, para evitar problemas de maior. Acrescentou ainda, que de acordo com informação do Vereador, as zonas não abrangidas pelo contrato anterior tinham a dimensão de cerca de quarenta mil metros quadrados de área verde para tratar. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Rui Horta. \_\_\_\_\_

----O Membro Rui Horta disse que apenas queria fazer duas considerações. A primeira, para dizer que do ponto de vista da prática, considerava que a TaviraVerde prestava um bom serviço, não se verificando o mesmo quanto ao ponto de vista administrativo, que ia corrigindo de acordo com as reclamações que recebia. Quanto ao contrato, gostava de fazer um reparo que se relacionava com as palmeiras com mais de seis metros de altura, pois de acordo com os termos, essas teriam hipótese de serem salvas, contudo, as mais baixas não, pois o contrato apenas previa que se tratassem as maiores de seis metros, o que levava a concluir que dentro em breve não existiriam nenhuma. \_\_\_\_\_

----A outra consideração relacionava-se com um dado que considerava curioso e que resultava do fato do Presidente da Câmara ter dito que o contrato tinha que ir a Tribunal de Contas, o que era verdade, mas a TaviraVerde já o tinha como aceite porque já tinha subcontratado serviços. Uns dias atrás, tinha estado a consultar o sitio dos contratos públicos do estado e verificara a adjudicação do tratamento de fontes e lagos em Tavira, por o período de três anos, que felizmente tinha sido ganho por uma empresa local, mas era por o período de três anos. \_\_\_\_

----O Presidente da Câmara respondeu que relativamente às palmeiras a questão era consideravelmente grave. Não sabia se os Membros tinham reparado, mas existia uma enorme praga de insetos que até se colavam aos carros. Tratava-se do escaravelho vermelho que existia em grande quantidade já há cerca de um ano, em todo o Algarve. Em Faro já não existiam palmeiras e em Olhão restavam muito poucas. \_\_\_\_\_

----Tavira tinha setecentas e quarenta e sete palmeiras das Canárias que eram o alvo preferencial daqueles insetos, sendo que o tratamento de cada palmeira tinha o custo de cerca

de trezentos euros por ano, o que resultaria numa verba total que rondava os duzentos e dez mil euros apenas para o tratamento das palmeiras. Grande parte eram públicas mas a maioria eram privadas, localizavam-se em propriedade privada. Esta situação levantava a primeira questão, se tratariam todas, se tratariam apenas as públicas ou se tratariam as privadas. Tinham então, adotado como critério que tratariam as de altura superior a seis metros, por serem as maiores, as históricas e as que faziam parte do imaginário da paisagem. Mesmo daquela altura, existiam entre setenta e oitenta palmeiras o que resultava num esforço suplementar que tinham que efetuar e cujos custos anteriores seriam liquidados à parte, passando presentemente a estarem integrados no contrato da TaviraVerde. \_\_\_\_\_

---Comunicou ainda, algo que considerava absolutamente drástico e que resultava do fato de não existir prova científica de que o tratamento que estavam a realizar era realmente eficaz, pelo que, iam efetuando uma monitorização constante aos casulos que se encontravam no interior da árvore, o que obrigava os funcionários a estarem suspensos por uma grua para localizarem os casulos injetando-lhes desinfetante diretamente, para tentarem proteger, pelo menos as maiores. Quando a árvore começava a cair tinha que ser rapidamente incinerada para evitar mais contaminação. \_\_\_\_\_

---Não querendo criar alarmismos, a verdade era que estavam a ser, literalmente atacados por aquele inseto, contudo pretendia que verificassem que não existia qualquer inércia Municipal, mas tinham tido que optar sobre o que tentariam salvar, o que os levava a decidir salvar as maiores porque há muito faziam parte da paisagem e não conseguiam recolocar outras semelhantes, sendo mais fácil com as mais pequenas, que em muitos locais até poderiam colocar outra árvore. A questão complicava-se ao quanto ao Jardim das Palmeiras e ao Jardim da Alagoa, já que não existiam nem era viável recolocar palmeiras daquele tamanho, por isso, tinham ali um problema seríssimo para cuja resolução tinham vindo a dialogar com a TaviraVerde, com alguns especialistas naquelas matérias e com a Direção Regional, que afirmavam não existirem certezas absolutas. \_\_\_\_\_

---O Membro Rui Horta disse que haviam alguns espaços em Tavira que não voltariam a ser o que eram e referiu a zona da fábrica a caminho das Quatro Águas onde as palmeiras já tinham morrido todas e as da rua atrás do Quartel que formavam um pequeno jardim pouco notado por muitos, mas que era engraçado e fazia parte do imaginário de quem vivia em Tavira há trinta ou quarenta anos. \_\_\_\_\_

---O Vereador José Manuel Guerreiro informou que haviam duas palmeiras tratadas, uma

localizada na parte traseira do Vela Tavira e que tinha acabado por morrer e, outra, junto ao largo da Praceta Diogo de Mendonça Corte Real que estava tratada. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que a questão era aquela e que tinham um problema gravíssimo para resolver. Era raro o dia que no seu gabinete, entre as quinze e dezasseis horas, quando o sol entrava que não encontrasse um daqueles insetos nas janelas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma questão sobre o contrato, colocando-o a votação. O contrato de gestão dos espaços verdes foi aprovado por maioria de vinte e sete votos a favor e uma abstenção. \_\_\_\_\_

----Passando ao ponto número dois do aditamento que correspondia ao décimo ponto da Ordem de Trabalhos, relacionado com a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 244/11/CM, referente à E02/11/CP – Empreitada de Conservação e Restauro da Igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo (Igreja das Ondas) - repartição de encargos. Referiu que a empreitada era a que ali tinha sido apresentada na informação do Presidente da Câmara a quem perguntava se pretendia dizer mais alguma coisa sobre a proposta, o que não se verificou. \_\_\_\_\_

----Colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara pediu a palavra para referir que a Vereadora Ana Paula tinha uma comunicação a fazer aos Membros da Assembleia e cujo assunto era extra Ordem de Trabalhos.

----A Vereadora Ana Paula referiu que os Membros da Assembleia iriam receber, por parte do Sessão de Contabilidade da Câmara, um ofício que se prendia com o fato do Orçamento do Estado, desde o ano de dois mil e onze, dizer que todos aqueles que auferiam remunerações acima dos mil e quinhentos euros e que tivessem vínculo à Função Pública iriam sofrer uma redução remuneratória, onde as senhas de presença se incluíam para o apuramento do total dos mil e quinhentos euros. Assim, e como a Câmara não tinha conhecimento dos Membros que se encontravam vinculados iria fazer sair um ofício, não o tendo feito ainda por pretenderem explicar, presencialmente, um artigo com cerca de uma página e algo difícil. Para concluir reafirmou que os Membros iriam receber um ofício que, basicamente, referia a questão da redução e pedia um recibo de vencimento para que a contabilidade pudesse apurar os mil e quinhentos euros. Naturalmente, quem não tivesse vínculo à Função Pública não iria sofrer qualquer alteração nas senhas de presença que ficariam no mesmo valor, bastando apenas informar que não possuíam vínculo. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que, atendendo ao fato de

ter sido questionado sobre o porquê dos Membros terem tirado fotografias no início da Sessão, e enquanto esperavam pelas minutas, explicasse a razão das mesmas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que as fotografias se destinavam à emissão de novos cartões de identidade de autarca, com novas assinaturas e nova imagem. Tratava-se de um cartão de plástico, idêntico aos cartões de crédito, com fotografia e designação de Presidente de Junta e Membro da Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia referiu que uma vez efetuados os devidos esclarecimentos iria colocar a votação as minutas que passava a ler. As minutas foram aprovadas por unanimidade.

----De acordo com o regulamento, regimento daquela Assembleia ia passar a palavra ao público para tratar de assuntos que não tivessem constado da Ordem do Dia e, agradecia, que no caso de intervenção, se identificassem previamente. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia, verificando que não haviam intervenções, deu por encerrada a Sessão pelas vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_